PROC: 2022/300.10.005/1682
REGIST: 47182/2022
DATA: 07/06/2022
CM1158

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

P169/2022 – Elaboração do Projeto de Execução para a Ampliação e Requalificação do Centro de Saúde de Ourém – Estudo Prévio, Arquitetura e Especialidades

CONSULTA PRÉVIA

ÍNDICE

CAPÍTULO I –DISPOSIÇÕES GERAIS---3
Cláusula 1.ª – Objeto---3
Cláusula 2.ª – Contrato---3
Cláusula 3.ª – Prazo---3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS---4
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR---4
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS---4
Cláusula 4.ª – Obrigações principais do prestador de serviços---4
Cláusula 5.ª – Conformidade e operacionalidade dos bens---4
Cláusula 6.ª – Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução---4
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM---4
Cláusula 7.ª – Preço contratual e preço base---4 e 5
Cláusula 8.ª – Condições de pagamento---5
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO---5
Cláusula 9.ª – Penalidades contratuais---5 e 6
Cláusula 10.ª – Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto---6
Cláusula 11.ª – Força maior---6 e 7
Cláusula 12.ª – Resolução por parte do contraente público---7
Cláusula 13.ª – Resolução por parte do prestador---7 e 8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO---8
Cláusula 14.ª – Execução da caução---8
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS---8
Cláusula 15.ª – Foro competente---8
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS---8 e 9
Cláusula 16.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual---9
Cláusula 17.ª – Comunicações e notificações---9
Cláusula 18.ª – Legislação aplicável---10
ANEXO I---11
ANEXO II---12

CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1 — O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de prestação de serviços para a Elaboração do Projeto de Execução para a Ampliação e Requalificação do Centro de Saúde de Ourém – Estudo Prévio, Arquitetura e Especialidades, de acordo com as condições indicadas no Anexo I ao caderno de encargos (Programa Preliminar) em conformidade com o exigido no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 - Antes da abertura do procedimento foi efetuada consulta informal ao mercado, pelo que se inclui essa informação do presente CE, conforme Anexo II.

Cláusula 2.ª
Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até à total prestação do serviço objeto do contrato, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias decorrentes da execução do contrato por parte do adjudicatário, sendo os prazos parcelares de execução a observar (de acordo com a Portaria 701-h/2008 de 29 de julho) os seguintes:

1.1 – Fase 0: – Adjudicação com a assinatura do contrato;

1.2 – Fase 1: Estudo prévio a entregar até 20 dias após a adjudicação.

1.3 – Fase 2: Projeto de execução e processos/especialidades a submeter a parecer às entidades externas, a entregar até 40 dias após a aprovação do estudo prévio;

1.4 – Fase 3: Assistência técnica a prestar durante a execução da obra, pelo prazo abaixo indicado;

1.5 – A assistência técnica inclui o acompanhamento da obra durante a execução da mesma, que será prestado presencialmente através de um total de 25 visitas à obra (a agendar de acordo com o seu planeamento), pelo prazo máximo supra referido;

1.6 – Para a realização da obra admite-se um máximo de 10 meses;

1.7 – O início de cada fase obriga à aprovação da fase anterior, pelo adjudicante ou contratante.

2 Os prazos atrás referidos suspendem-se automaticamente entre a data da entrega pelo adjudicatário dos elementos relativos a cada fase do projeto, até à data da comunicação da sua aprovação pelo MO. Idêntica situação se aplica aos pedidos de esclarecimento e/ou de elementos técnicos essenciais necessários à realização do contrato e solicitados pelo adjudicatário.

3 Idêntica situação se aplica aos pedidos de esclarecimento e/ou de elementos técnicos essenciais necessários à realização do contrato e solicitados pelo adjudicatário ou contratado

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª
Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador do serviço a obrigação principal de prestar o serviço identificado na sua proposta.

Cláusula 5.ª
Conformidade e operacionalidade dos serviços

O prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços ao Município de Ourém, objeto do caderno de encargos com as características, especificações e requisitos técnicos previstos neste Caderno de Encargos, e demais legislação em vigor.

Cláusula 6.ª
Prestação do serviço objeto do contrato e prazo de execução

A prestação de serviços, a elaborar de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos e seus anexos, deverá acontecer nos seguintes prazos:

a) – Fase 0: – Adjudicação com a assinatura do contrato;

b) - Fase 1: Estudo prévio a entregar até 20 dias após a adjudicação.

c)– Fase 2: Projeto de execução e processos/especialidades a submeter a parecer às entidades externas, a entregar até 40 dias após a aprovação do estudo prévio;

d)– Fase 3: Assistência técnica a prestar durante a execução da obra, pelo prazo abaixo indicado;

e)– A assistência técnica inclui o acompanhamento da obra durante a execução da mesma, que será prestado presencialmente através de um total de 25 visitas à obra (a agendar de acordo com o seu planeamento), pelo prazo máximo supra referido;

f) – Para a realização da obra admite-se um máximo de 10 meses;

g)– O início de cada fase obriga à aprovação da fase anterior, pelo adjudicante ou contratante.

Secção II
Obrigações do Município de Ourém

Cláusula 7.ª
Preço contratual e preço base

Pela prestação do serviço objeto do contrato, o Município de Ourém deve pagar ao prestador do serviço a quantia total que constar da proposta adjudicada a qual não pode exceder a quantia de **(67.500,00€), sessenta e sete mil e quinhentos euros**, corresponde ao preço base, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente, as quais serão emitidas da forma referida na alínea c) do ponto X do Programa Preliminar (em Anexo I).

a. 20% com a entrega do Estudo prévio;

b. 10% com a aprovação do estudo prévio;
c. 35% com a entrega do Projeto de execução;
d. 20% com a aprovação do projeto de execução;
e.15% com a prestação da Assistência técnica contemplando as deslocações ao local supra referidas.

2. A confirmação de cada fase, far-se-á através de um auto de honorários, que será assinado pelo adjudicatário e pelo representante do MO, auto este, que após validação superior, será remetido ao serviço de contabilidade funcionando como ato de validação da fatura.

3. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

4. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo reflectir a factura, os serviços efectivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.ª
Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Ourém pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento da prestação do serviço, que poderá ascender até ao montante do preço base do procedimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Ourém pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor do preço base do procedimento.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador ao abrigo da alínea do n.º 1, desta cláusula, relativamente à prestação de serviços cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Ourém tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Ourém pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Ourém exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Responsabilidade pelos erros e omissões de projeto

No caso de surgirem erros ou omissões que decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o prestador de serviços, será exercido o direito que lhe assiste de ser indemnizado, conforme preconizado no artigo 378º do no Código dos Contrato Públicos.

Cláusula 11.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Ourém pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador

1 — Tendo por base os fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 14.ª.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Ourém, que produz efeitos trinta (30) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as

a) Rubrica

obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV
Caução

Cláusula 14.ª

Execução da caução

1 — A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo município de Ourém, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 — A resolução do contrato pelo Município de Ourém não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 — A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de dez (10) dias após a notificação do Município de Ourém para esse efeito.

4 — A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 15.ª
Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 16.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

1- A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª
Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 22 de setembro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,

_____

Luís Miguel Albuquerque

a) Rubrica

ANEXO I

PROGRAMA PRELIMINAR

REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE EM OURÉM

PROGRAMA PRELIMINAR I JUNHO 2022

PROGRAMA PRELIMINAR

Elaborado por:

Assinado por : **NUNO MIGUEL DE OLIVEIRA CARDOSO PALMA NOBRE**
Num. de Identificação: BI100466923
Data: 2022.06.22 12:18:23 Hora de Verão de GMT

Arquiteto, MSc em Reabilitação Urbana

I. ÂMBITO

Pretende-se reabilitar o edifício onde atualmente funcionam diversos serviços ligados à saúde pública.

Com vista a efetivar a reabilitação, terão que ser introduzidas *melhorias de desempenho do edificado* em diversas áreas: da segurança ao conforto e à economia (Appleton, 2014).

II. CARACTERIZAÇÃO:

a. LOCALIZAÇÃO

O edifício localiza-se neste concelho, na freguesia de N.ª S.ª da Piedade, em Ourém (N 39° 38' 0.246'' W 8° 40' 54.141'') (figura 1).

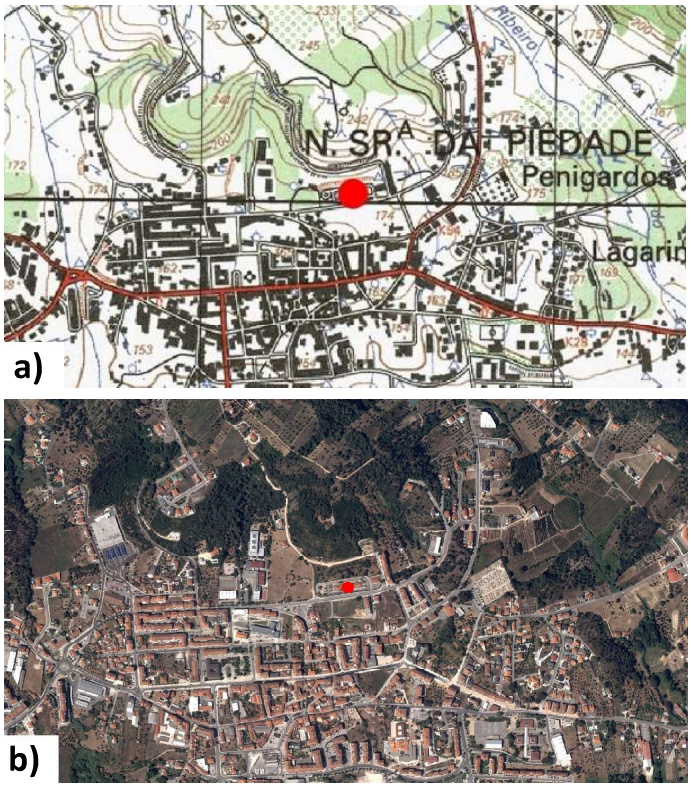


Figura 1 - Extrato da carta militar (**a**) e de ortofotomapa (**b**) com a localização assinalada. Fonte: http://websig.cm-ourem.pt, consultado em Junho de 2022

Poderão ser descarregadas em https://bit.ly/39cbmyM (ligação válida até 31.12.2023) as plantas de localização, extraídas do sistema WebSIG municipal, compostas pelas seguintes peças desenhadas:

i. Carta Militar (CIGeoE, 2004).
ii. Infraestruturas e Rede Viária Florestal.
iii. Ortofoto (DGT, 2018).
iv. PDM – Condicionantes
v. PDM - Ordenamento
vi. Perigosidade de Incêndio Florestal.

vii. Planta topo-cadastral.

viii. Cartografia SCN 10K (DGT/CIMT, Ed 2015).

ix. Reserva Agrícola Nacional.

x. Reserva Ecológica Nacional.

b. EDIFÍCIO EXISTENTE

A construção do edifício onde atualmente funcionam os vários serviços de saúde pública na cidade de Ourém foi da responsabilidade da D. G. das Instalações e Equipamentos de Saúde, tendo a obra sido adjudicada em 11/09/1989 à empresa Planotejo - Coop. Ribatejana de Construção Civil CRL., e concluída em 1990.

O edifício é composto por dois pisos acima da cota de soleira, onde funcionam os seguintes serviços:

- No piso 1: a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), a Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém (UCC) e a Unidade de Saúde Pública (USP).
- No piso 0: a Unidade de Saúde Familiar Auren (USF) e a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).

Neste documento, todos eles são designados no seu conjunto como: unidade de saúde.

O acesso ao complexo (figura 2) faz-se pela Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira, confinante a sul.



Figura 2 – Panorâmica geral do complexo.

III. OBJETO

A intervenção visa ampliar a unidade de saúde com um conjunto de valências, determinado pela ARSLVT e adiante detalhado.

Pretende-se proceder à contratação da prestação de serviços para a elaboração do projeto de arquitetura e dos projetos da especialidades, que integrem a área afeta ao complexo e infra delimitada (figura 3), os quais deverão salvaguardar todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis para a área de intervenção, bem como o descritivo constante neste documento.

Os projetos devem considerar a reabilitação do edifício, tanto as áreas que lhe são exteriores como interiores, e que são afetadas pelos espaços ocupados e a ocupar pela unidade de saúde, sanando as patologias nelas existentes (cuja identificação e reconhecimento, bem como a alocação dos meios necessários a esse fim, serão da responsabilidade do contratado) e adaptando os espaços, em acordo com o descrito abaixo, no ponto V.

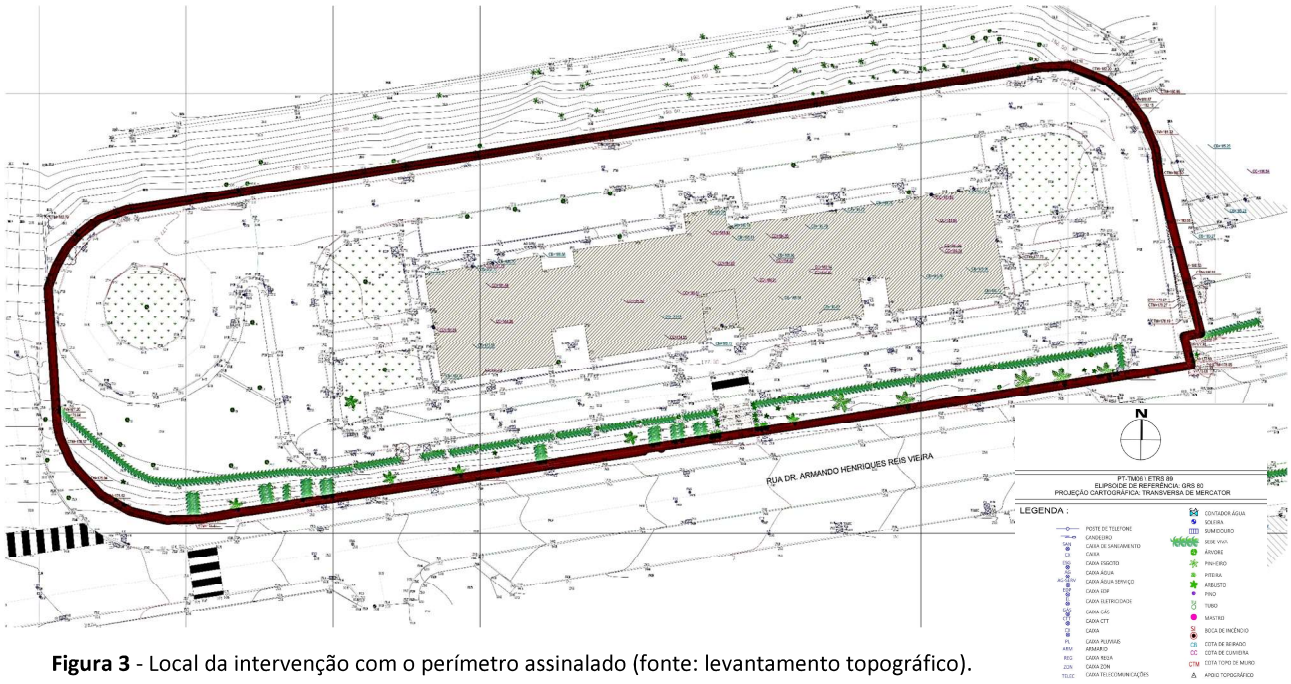


Figura 3 - Local da intervenção com o perímetro assinalado (fonte: levantamento topográfico).

IV. FASEAMENTO

Os serviços objeto do contrato devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho e compreendem as seguintes fases:

i. Fase 1 – Estudo Prévio.
ii. Fase 2 – Projeto de Execução.
iii. Fase 3 – Assistência Técnica.

V. CARACTERÍSTICAS ORGÂNICAS E FUNCIONAIS:

O projeto deve contemplar:

a. ASPETOS GERAIS:

1. Tanto ao nível do projeto como das respetivas medições, os trabalhos necessários à eventual alteração de infraestruturas existentes, a identificar pelo contratado, e que colidam com a proposta.
2. A organização espacial, conforme indicado neste programa preliminar e no anexo DOC 3 – PARECER DA ARSLVT.
3. Ao nível dos espaços interiores, a uniformização da imagem da unidade de saúde, tendo em conta as que recentemente foram reabilitadas neste Município (como é o cado das UCSs de Sobral, Rio

de Couros, Olival e Alburitel), promovendo a coerência no processo comunicativo interno e externo e normalizando e uniformizando a imagem visual dos espaços públicos de saúde no Concelho. Assim, sugere-se que os materiais e cor dos revestimentos a adotar nas salas de espera e de atendimento: ao nível do pavimento (vinílicos), das paredes (painéis fenólicos na sala de espera, rodameios [bate-macas] e sinalética funcional) e dos tetos acústicos; sejam de tipo ou equivalentes aos já adotados naquelas unidades de saúde.

4. A legislação de âmbito geral e específico aplicável a este tipo de projetos, assim como toda a regulamentação aplicável.
5. A interpretação e adaptação das indicações vertidas na publicação da MS-DGIES[1] – Orientações para a instalações e equipamentos para Unidades de Saúde Familiar, Nov. 2006/Rev.3.
6. Os instrumentos de gestão territorial ou operações urbanísticas aprovadas e em vigor que interfiram com o local.
7. A salvaguarda da regulamentação ao nível da segurança contra incêndios em edifícios e também da climatização e eficiência energética.
8. Uma política de economia de meios e de recursos com vista a prevenir gastos tanto no que diz respeito à organização dos espaços – aproveitando sempre que possível as sinergias do existente –, dos materiais e equipamentos, e dos meios de execução e de manutenção necessários. Os materiais e equipamentos a adotar deverão garantir a robustez necessária e requerer reduzida manutenção.
9. A identificação em projeto da sinalética, que deve incluir a sinalização específica decorrente de obrigações funcionais.
10. A funcionalidade da unidade de saúde, de modo a prosseguir com a sua Missão e Visão, consultáveis em https://bit.ly/3O3esUf.

b. ASPETOS ESPECÍFICOS:

1. A conceção do estudo prévio e sequente projeto de execução deverá:
    a. obedecer às diretrizes emitidas pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - ARSLVT (i.e. constantes no anexo DOC 3);
    b. garantir a desejada funcionalidade da Unidade de Saúde e o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis para este tipo de edifício;
    c. atender que na fase de estudo prévio, o projeto terá que ser validado pela tutela na área da Saúde, devendo a sequente fase do projeto de execução conformar-se com as orientações que venham a ser emanadas dessa análise;
    d. salvaguardar uma solução equilibrada ao nível das alterações a realizar, considerando o programa previsto para este tipo de instalações face à compartimentação existente e à volumetria e vãos atuais, bem como adequar as acessibilidades a pessoas com reduzida mobilidade.
2. Devido à degradação dos elementos que constituem o edifício serem uma consequência esperada do processo de envelhecimento, estes devem ser tidos em especial conta, em função dos fatores que influenciam/aceleram o processo de degradação e que, por consequência, aumentam os custos da reabilitação (Mexia, 2014). Deverão, pois, ser implementadas soluções que visem

[1] MS-DGIES – Ministério da Saúde – Direcção das Instalações e Equipamentos da Saúde

resolver as deficiências e patologias patentes no edificado existente, bem como prevenir o agravamento e/ou surgimento de novas. A solução terá que considerar e resolver as patologias existentes, cuja identificação e reconhecimento ficam a cargo do projetista.

VI. INFRAESTRUTURAÇÃO

1. Devem ser observadas as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
2. O edifício deve ser dotado com pontos para Wifi ao nível do teto (principalmente nas zonas comuns e auditórios) e também para câmaras de videovigilância, sendo neste caso importante incidirem nas portas de entrada/saída e as fachadas exteriores do edifício.
3. Espacialmente, a sala de bastidor deve permitir o adequado acesso ao bastidor e a todos os outros sistemas (UPS, Incêndio, Alarme, Quadro Elétrico).
4. O projeto deve:
    a. contemplar soluções que visem a eficiência energética, nomeadamente em sistemas de iluminação e climatização;
    b. assegurar o funcionamento contínuo dos sistemas através de equipamentos complementares de fornecimento energia – UPS;
    c. incluir um estudo luminotécnico para a iluminação exterior com soluções eficientes; (Tecnologia LED e produção solar);
    d. implementar soluções sustentáveis que incluam a produção de energia para autoconsumo (Fotovoltaicos) e soluções de AQS (Solares Térmicos).

VII. GESTÃO URBANÍSTICA

1. Deve ter-se em consideração a legislação de âmbito geral e específico aplicável a este tipo de projeto, assim como toda a regulamentação aplicável.
2. A área de intervenção é abrangida pelo Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor e pelo Plano de Urbanização de Ourém (PUO), cuja elaboração atualmente decorre.
    a. Dado que nesta data o PUO encontra-se numa fase adiantada de elaboração, a informação disponibilizada pelo SPT (constante no DOC 4, anexo) contempla a confrontação com o PDM em vigor e a análise à luz dos elementos do PUO atualmente disponíveis, com a ressalva destes últimos serem provisórios e sujeitos a alteração até à sua aprovação. A informação é exibida no DOC 4 anexo e está disponível no seguinte endereço de descarga: https://bit.ly/3tDdLJv (válido até 31/12/2023).
    b. De acordo com a informação disponibilizada pelo SPT:
        i. A ação em questão corresponde à ação SU13-Requalificação do Centro de Saúde de Ourém integrada no PUO[2].
        ii. Não existem grandes diferenças quanto à qualificação do solo entre o PDM e o PUO na área coincidente com o processo. No entanto o PDM ao contrário do PUO, considera a área a norte do centro de saúde como área de equipamentos[3].

[2] Cf. email de qua 15/06/2022 14:52.
[3] Cf. email de qua 15/06/2022 16:03.

iii. Quanto ao regulamento do PUO, destaca-se o artigo 49.º[4].

c. Para a implementação da proposta e das intenções patentes neste documento, que orientarão o projeto a realizar, devem ser levadas em conta as implicações no instrumento de gestão territorial (IGT) em vigor.

2. O projeto deverá ainda considerar:
   a. O Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação: Edital n.º 21/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2019.
   b. O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).
   c. A portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho.
   d. A demais legislação de âmbito geral e específico, bem como a regulamentação aplicável a este tipo de projeto.

VIII. ENTIDADES EXTERNAS

O prestador de serviços deve:

1. Diligenciar a seu encargo e junto das respetivas entidades, pela obtenção de todos os pareceres e autorizações externos que legalmente ou regulamentarmente devam ser necessários obter. Deverão todos os contactos com essas entidades ocorrer sempre com o conhecimento da equipa técnica municipal nomeada para o efeito.
2. Articular com o Município os contactos com a ARSLVT, com vista a viabilizar a obtenção de parecer favorável à proposta. As comunicações com esta entidade deverão ocorrer através do Município.

IX. CRITÉRIOS PARA A EQUIPA TÉCNICA

A intervenção tem de ser efetuada por uma equipa projetista formada por pessoal especializado com experiência profissional mínima de 5 anos, comprovada na área de projeto, e coordenada por arquiteto com qualificação e experiência profissional mínima de 15 anos, comprovada na área de projeto.

A constituição da equipa deve ser apresentada nominalmente e antecipadamente, incluindo os respetivos currículos assinados e datados e a declaração de compromisso individual.

Qualquer alteração à equipa deve ser previamente proposta e sujeita a aprovação do Dono de Obra, ou seu representante.

X. PRAZOS E PAGAMENTOS

Os projetos serão desenvolvidos sob orientação do coordenador de projeto e concertados com o Dono de Obra.

Os projetos serão desenvolvidos de forma a garantir a definição de todas as soluções concebidas, de modo a minimizar indefinições e evitar trabalhos a mais durante a execução da obra.

[4] Cf. email de 15/06/2022 16:14.

a. PRAZOS DE EXECUÇÃO

Prazos parcelares de execução a observar (de acordo com a Portaria 701-h/2008 de 29 de julho):

1. Fase 0: Adjudicação, com a assinatura do contrato.
2. Fase 1: Estudo prévio, a entregar até 20 dias após a adjudicação.
3. Fase 2: Projeto de execução e processos/especialidades a submeter a parecer às entidades externas, a entregar até 40 dias após a aprovação do Estudo prévio.
4. Fase 3: Assistência técnica, a prestar durante a execução da obra, pelo prazo indicado abaixo, em 6.
5. A assistência técnica inclui o acompanhamento da obra durante a execução da mesma, que será prestado presencialmente através de um total de 25 visitas à obra (a agendar de acordo com o seu planeamento), pelo prazo máximo supra referido.
6. Para a realização da obra admite-se um máximo de 10 meses.
7. O início de cada fase obriga à aprovação da fase anterior, pelo adjudicante ou contratante.

b. SUSPENSÃO AUTOMÁTICA DOS PRAZOS

1. Os prazos atrás referidos suspendem-se automaticamente entre a data da entrega, pelo adjudicatário ou contratado, dos elementos relativos a cada fase do projeto até à data da comunicação da sua aprovação pelo Município.
2. Idêntica situação se aplica aos pedidos de esclarecimento e/ou de elementos técnicos essenciais necessários à realização do contrato e solicitados pelo adjudicatário ou contratado.

c. FORMAS E PRAZO DE PAGAMENTO

1. Fracionamento e faseamento da forma e do prazo de pagamento - Portaria 701-H/2008 de 29 de julho (art.º 12.º). Este faseamento ocorre do seguinte modo:
    a. 20% com a entrega do Estudo prévio;
    b. 10% com a aprovação do item mencionado em 1.a;
    c. 35% com a entrega do Projeto de execução;
    d. 20% com a aprovação do item mencionado em 1.c;
    e. 15% com a prestação da Assistência técnica contemplando as deslocações ao local supra referidas.
2. A confirmação de cada fase será comunicada pelo Município ao adjudicatário ou contratado.

XI. TERMOS DA CONSULTA PRELIMINAR

1. De forma a prosseguir o interesse do Município de Ourém supra descrito quanto a esta intervenção e obter um melhor conhecimento do mercado, propõe-se efetuar a consulta preliminar nos termos do Artigo 35ª- A do CCP[5] – Consulta Preliminar ao Mercado a mais do que

[5] Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as posteriores alterações.

uma empresa, para serem apresentados os elementos objeto do presente contrato indicados no ponto III e seguintes, nomeadamente o preço base, tendo em consideração a natureza e o tipo de trabalhos em causa, face às condições atuais do mercado.

2. A presente consulta consubstancia uma mera aferição informal do preço dos trabalhos em questão, para efeitos de definição do preço base no âmbito do procedimento de contratação a lançar posteriormente.
3. De modo a evitar que, da presente consulta, resulte qualquer distorção da concorrência, nos termos do disposto no n.º 3 do Art.º 35º-A do CCP serão adotadas as seguintes medidas:
    a. Toda a informação fornecida pelo Município de Ourém, relativamente à consulta, ficará acessível em regime de igualdade a qualquer interessado.
    b. Todas as comunicações recebidas e emitidas a propósito da consulta serão incluídas nas peças do procedimento nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 35º-A do CCP.
    c. O objeto a contratualizar consta deste documento (ponto III).

XII. REFERÊNCIAS

Appleton, J. (30 de Outubro de 2014). "Reabilitação de Edifícios: princípios e práticas". *2.as Jornadas da Especialização em Direção e Gestão da Construção*, p. 1 a 13.

Cóias, V. (2008). Inspecções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios. Lisboa: IST - Instituto Superior Técnico.

Mexia, D. (2014). *Projeto de reabilitação de imóvel histórico no tecido urbano de Lisboa.* Dissertação para obtenção de grau de mestre em design de equipamento em design urbano e interiores., Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Lisboa.

XIII. ANEXOS:

- DOC 1 – REGISTO FOTOGRÁFICO.
- DOC 2 - LISTAGEM DE PROJECTOS de acordo com a Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.
- DOC 3 – PARECER DA ARSLVT.
- DOC 4 – PARECER DO SERVIÇO DE PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO.
- DOC 5 – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E ARQUITETÓNICO.

DOC 1 – REGISTO FOTOGRÁFICO.

Unidade de Saúde em Ourém

PISO 1



Foto 1 – Perspetiva geral do complexo (vista do lado sudeste).



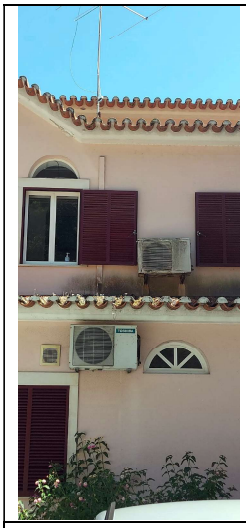
Foto 2 – Alçado Sul (vista para nascente desde a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira).



Foto 3 – Alçado Sul (vista para poente desde a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira).



Foto 4 – Alçado Norte (vista para poente).





Fotos 5, 6 e 7 – Detalhes do alçado norte: vestígios de humidade no paramento (colonização biológica e mancha).



Foto 8 – Alçado Norte (vista para nascente).



Foto 9 – Vista para poente, desde o extremo nascente.



Foto 10 – Alçado poente.



Foto 11 – Alçado sul (vista para nascente).



Foto 12 – Alçado Sul (corpo central).



Foto 13 – Alçado sul (vista para nascente).

PISO 1

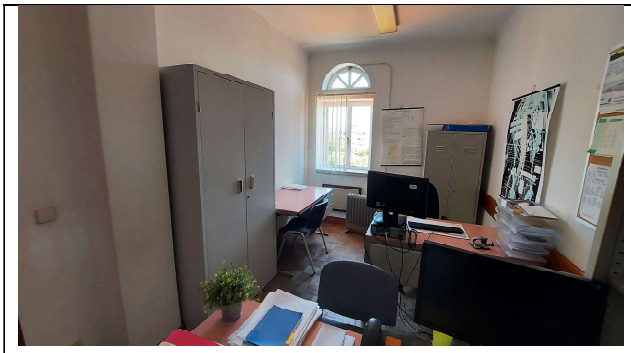


Foto 14 – Gab. da assistência social.

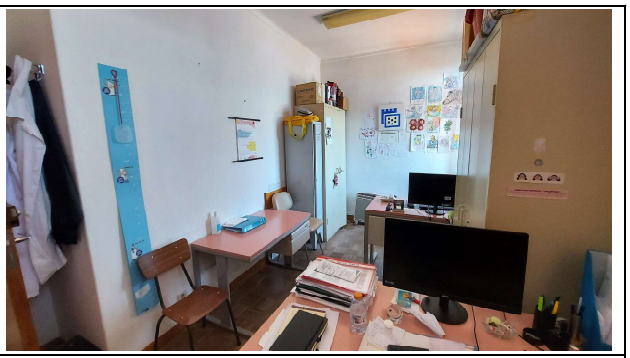


Foto 15 – Gab. projetos comunitários.

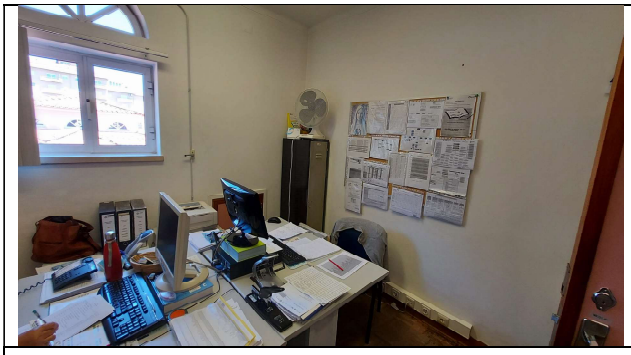


Foto 16 – Secretaria.

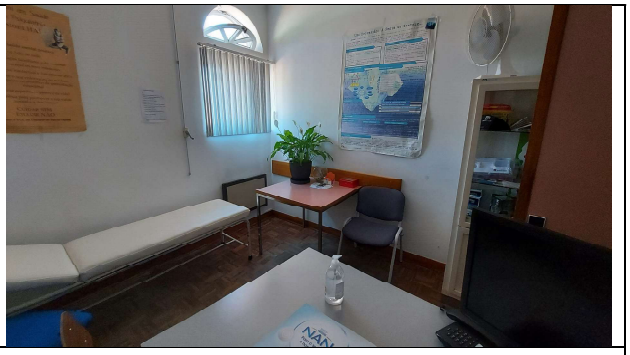


Foto 17 – Consultas médicas e enfermagem.



Foto 18 – Gab. da enfermagem ao domicílio.

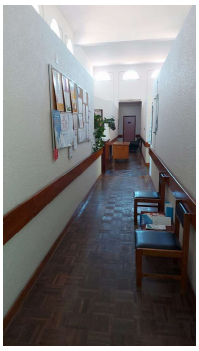


Foto 19 – Circulações/distribuição.

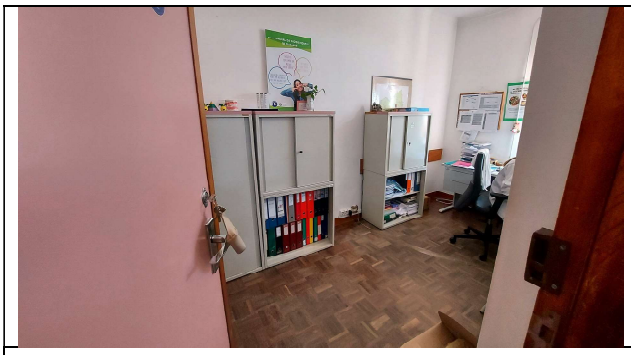


Foto 20 – Gab. da enfermeira chefe.



Foto 21 – Gab. da interlocutora administrative.

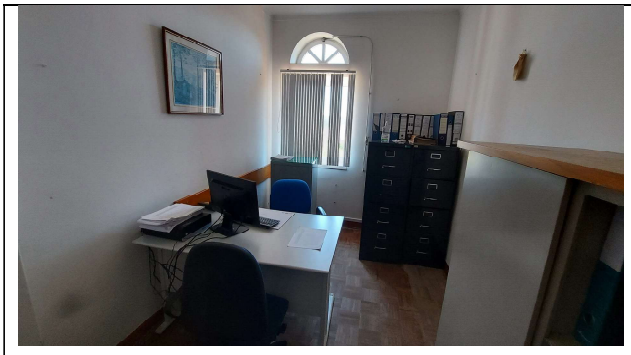


Foto 22 – Gab. da coordenação da UCSP.

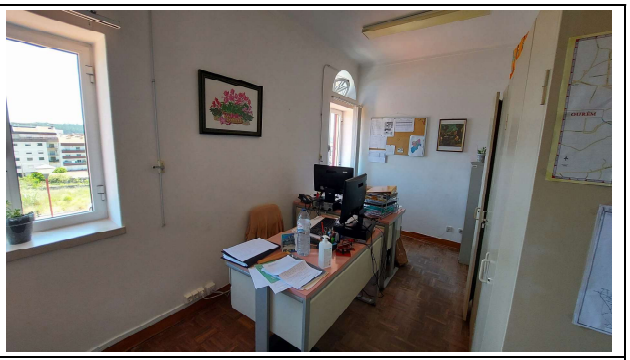


Foto 23 – Gab. dos técnicos saúde ambiental.



Foto 24 – Cantina.

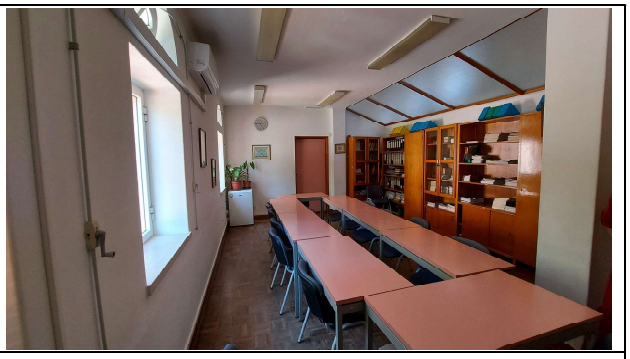


Foto 25 – Sala de reuniões.

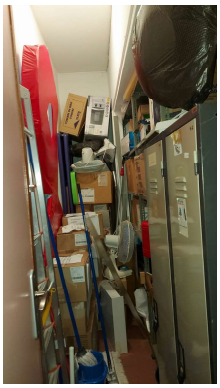


Foto 26 – Arrumos.



Foto 27 – Inst. Sanitária: homens.

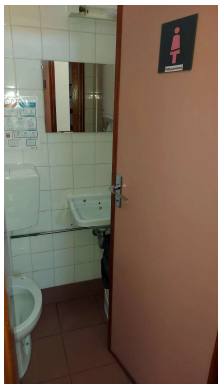


Foto 28 - Inst. Sanitária: senhoras.



Foto 29 – Átrio.

PISO 0



Foto 30 – Secretaria saúde pública e psiquiatria.



Foto 31 – Gab. médico psiquiatria.



Foto 32 – Sala de espera e de atendimento da UCSP.



Foto 33 – Gab de vacinação.

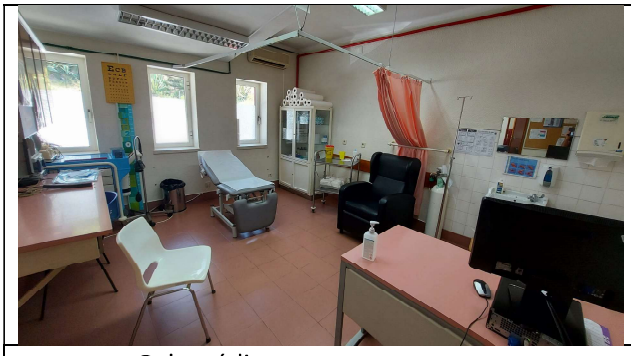


Foto 34 – Gab médico e tratamentos.

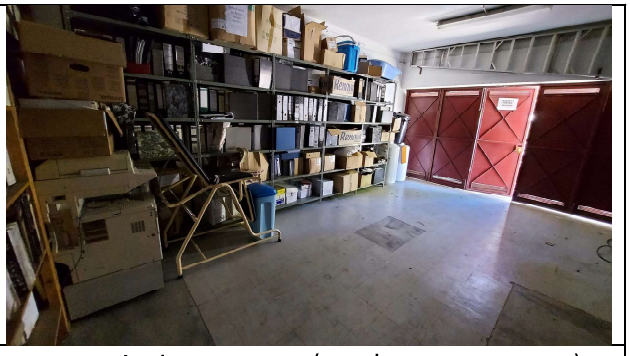


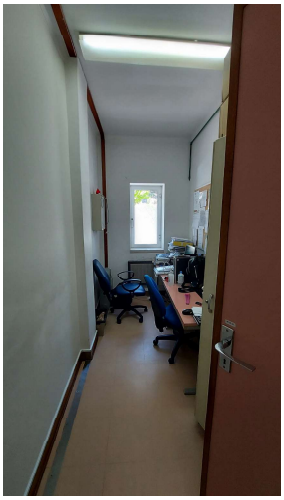
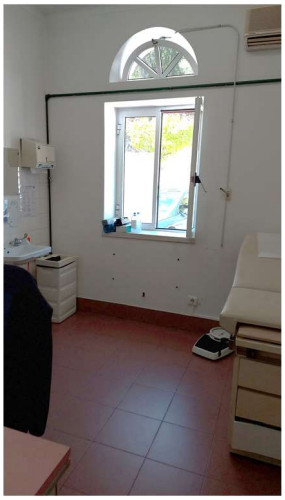
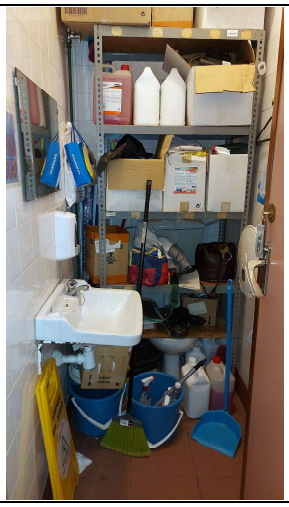
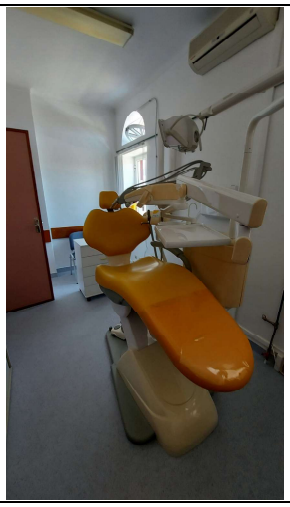
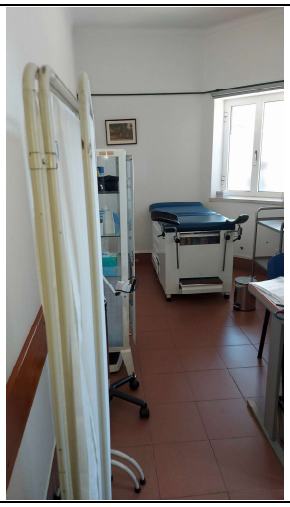
Foto 35 – Antiga garagem (atualmente: arrumos).

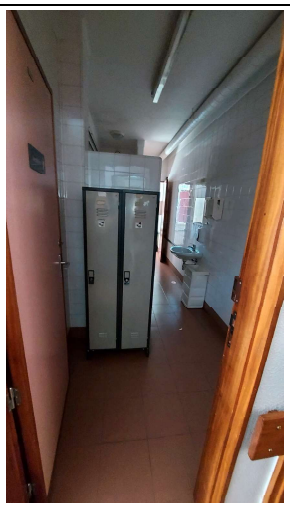
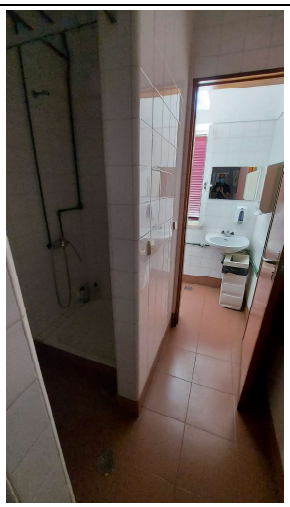


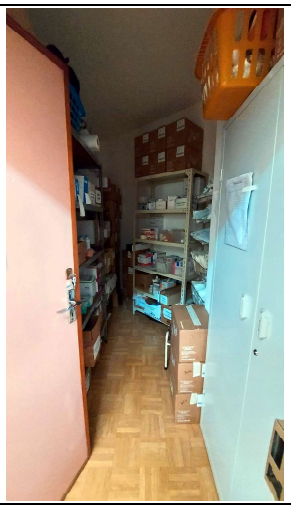
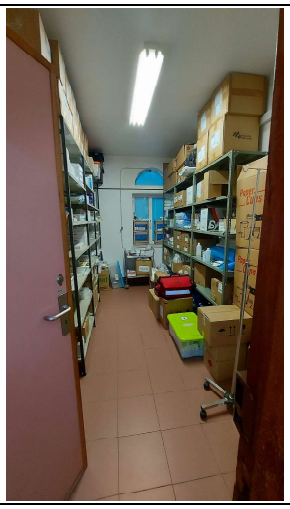
Foto 36 – Sala de tratamentos.



Foto 37 – Raio X.

		
Foto 38 – Gab apoio ao raio X.	Foto 39 – Gab médico.	Foto 40 - Gab enfermagem.
		
Foto 41 – Arrecadação (limpeza).	Foto 42 – Gab. médico dentista.	Foto 43 - Gab médico.
		
Foto 44 – Circulação/distribuição.	Foto 45 – Inst. sanit. utentes.	Foto 46 - Esterilização .

		
Foto 47 – Vestiários e inst. sanit funcionarios (senhoras).	Foto 48 – Vestiários e inst. sanit funcionarios (homens).	Foto 49 - idem.

		
Foto 50 – Arrumos enfermagem / e mat. terapêutico.	Foto 51 – Idem.	Foto 52 - Idem.

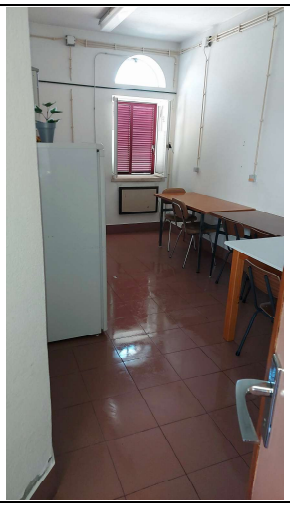
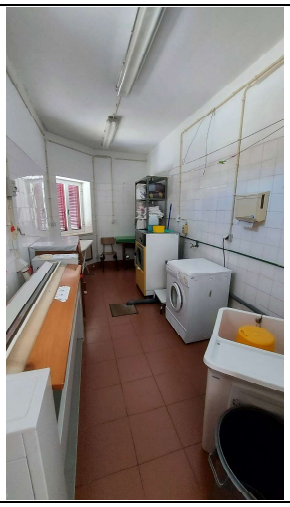
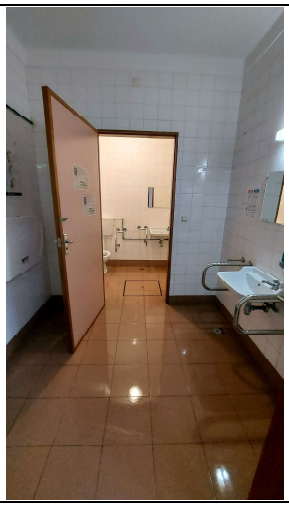
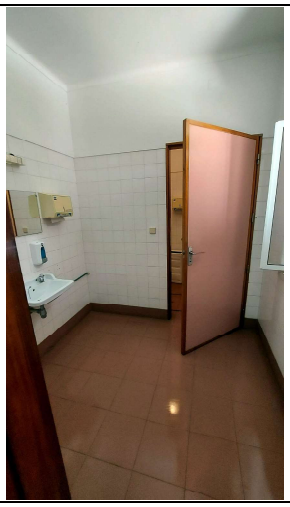
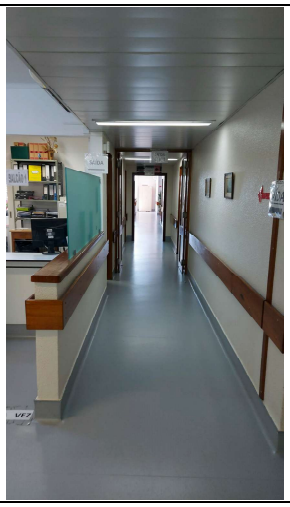
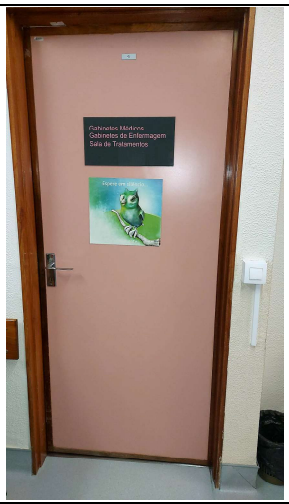
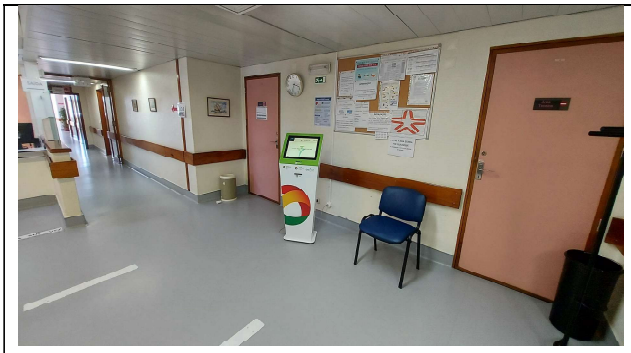
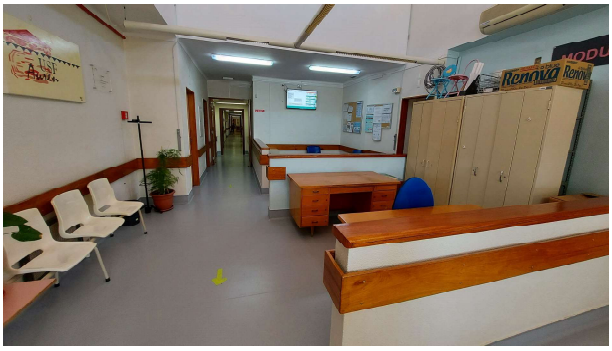
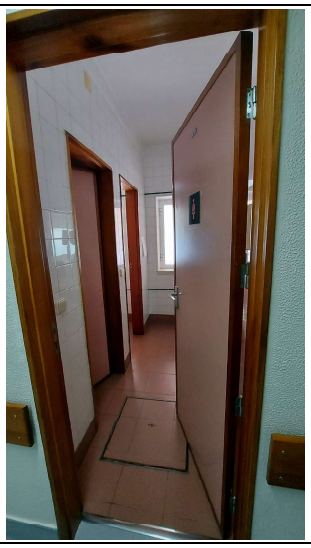
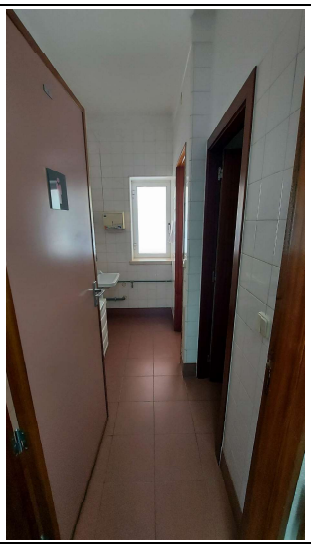
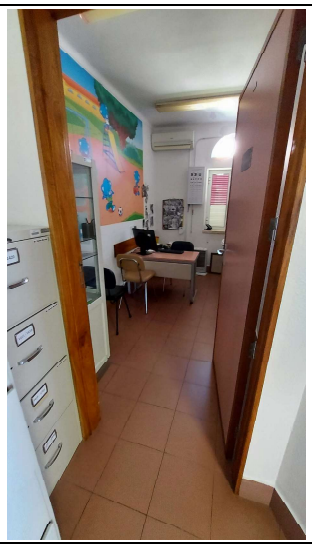
		
Foto 53 – Idem.	Foto 54 – Copa.	Foto 55 - Sala máquinas de lavagem.

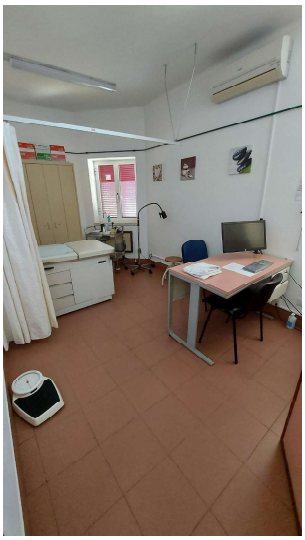
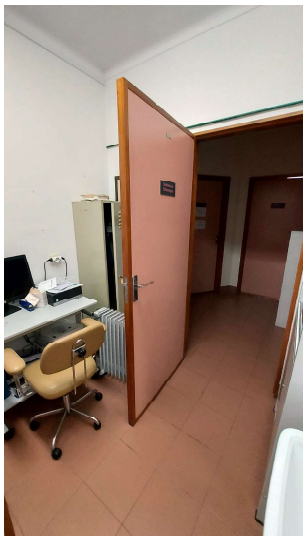
		
Foto 56 – Despejos e limpeza.	Foto 57 – Depósito geral.	Foto 58 - Circulação/distribuição.

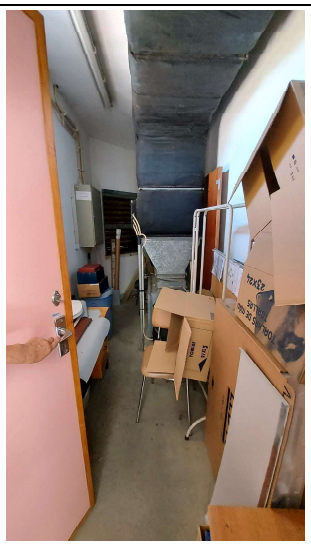
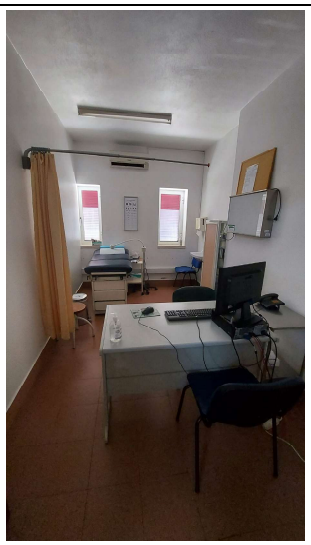
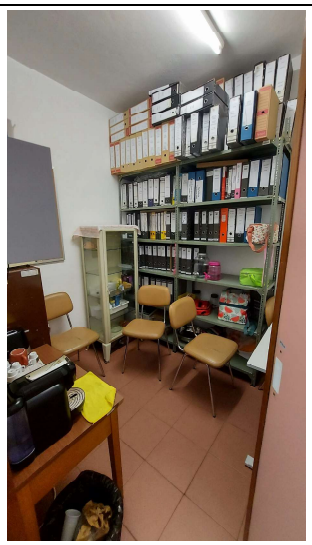
		
Foto 59 – Inst. sanit. utentes (senhoras).	Foto 60 – Inst. sanit. utentes (homens).	Foto 61 - Circulação/distribuição.

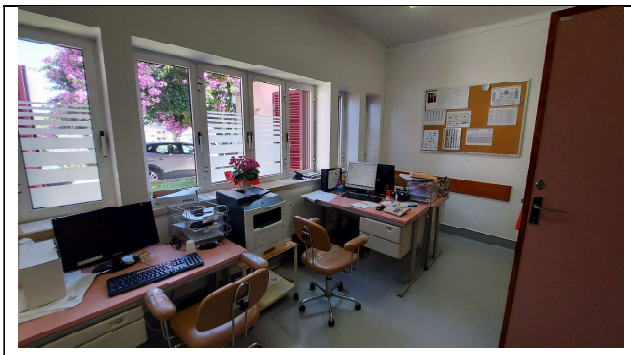
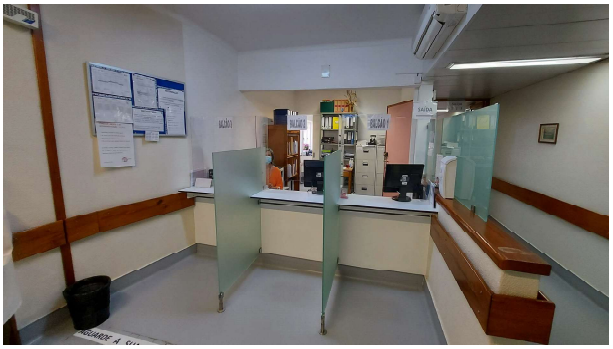
		
Foto 62 – Acesso Gab Médicos.	Foto 63 – Idem.	Foto 64 - Inst. sanit. funcionários.

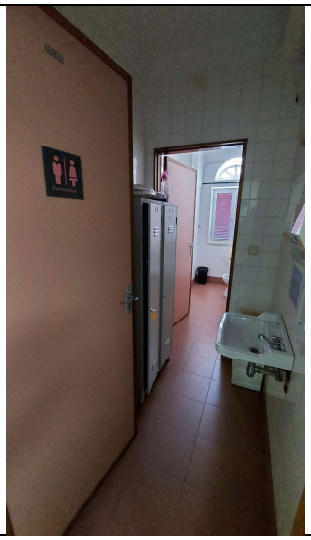
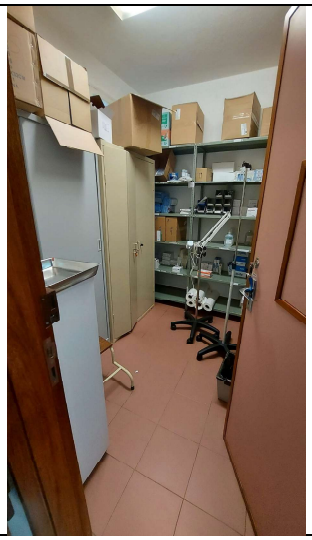
	
Foto 65 – Área da sala de espera e de acesso às áreas técnica e ginásio.	Foto 66 – Sala de espera e circulações.

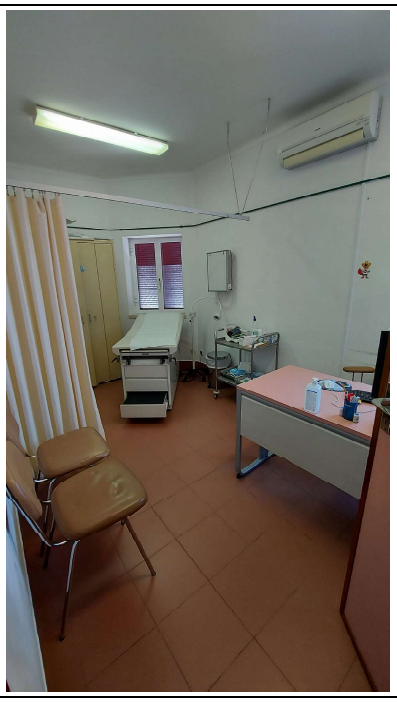
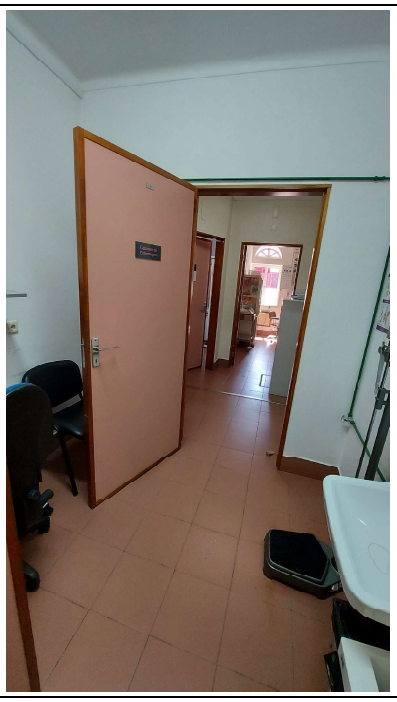
		
Foto 67 – Inst. sanit. utentes (senhoras).	Foto 68 – Inst. sanit. utentes (homens).	Foto 69 – Gab. de enfermagem.

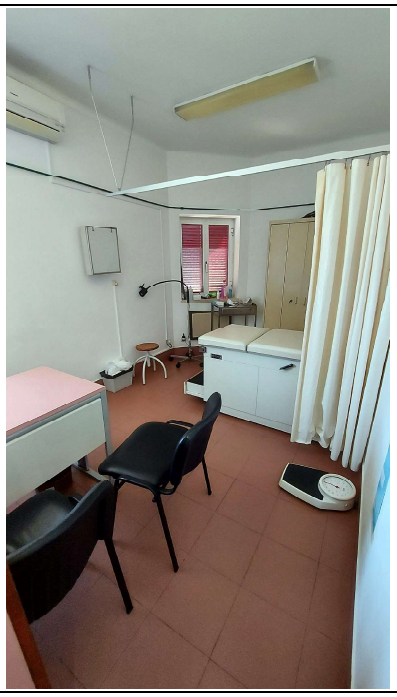
		
Foto 70 – Gab médico.	Foto 71 – Sala de tratamentos.	Foto 72 - Sala de enfermagem.

		
Foto 73 – Arrecadação.	Foto 74 – Gab médico.	Foto 75 - Arrecadação / copa.

	
Foto 76 – Secretaria.	Foto 77 – Recepção.

		
Foto 78 – Inst. sanit. funcionários.	Foto 79 – Bastidor informático.	Foto 80 - Arrec. mat. terapêutico.

		
Foto 81 – Gab enfermagem.	Foto 82 – Gab médico.	Foto 83 - Gab enfermagem e circulações.

	
Foto 84 – Sala de pensos.	Foto 85 – Gab médico.

NOTA: O registo fotográfico permite uma perceção remota das instalações e não dispensa a verificação a realizar, que é da responsabilidade do contratado.

DOC 2 - LISTAGEM DE PROJECTOS de acordo com a Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho:

Arquitetura:

- Memória descritiva.
- Plantas e cortes à escala 1:100, ou superior, que esclareçam devidamente as soluções construtivas adaptadas, incluindo as referidas infraestruturas.
- Pormenores de execução dos diferentes elementos de construção com a definição precisa das dimensões e da natureza das interligações dos diferentes materiais ou partes constituintes.
- Mapa de vãos.
- Mapa de acabamentos interiores e exteriores.
- Dez imagens 3D do interior do edifício e cinco imagens 3D do exterior do edifício com qualidade foto realista (pontos de vista a indicar pela entidade contratante) (deverão ser desenvolvidas modelagens em 3D para representação de todo o projeto, incluindo a representação dos materiais de construção, equipamentos e edificação, composto por mobiliário e área de paisagismo. Deverão ser representadas iluminação, sombras, humanização, renderização e deverá conter edição de imagem).
- Caderno de encargos (condições técnicas, gerais e especiais).

Especialidades

- Projeto acústico e estudo de condicionamento acústico.
- Projetos de drenagem predial de águas pluviais e de águas residuais.
- Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de instalação de gás se aplicável e projeto de Instalações de utilização de energia elétrica (aprovados pela entidade competente).
- Projeto de comportamento térmico e certificação energética com classe A.
- Projeto de demolição com ou sem contenção de fachada (se aplicável).
- Projeto de estabilidade.

- Projeto de correntes fracas e rede estruturada / telecomunicações.
- Projeto de redes prediais de abastecimento de água.
- Sistema de aquecimento ambiente e águas sanitárias.
- Projeto/ficha de segurança contra incêndio em edifícios (aprovado pela entidade competente).
- Projeto de AVAC, ventilação, exaustão de fumos e de climatização.
- Projeto de sistema contra intrusão.
- Plano de Segurança e Saúde em projeto.
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos do artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto (com as posteriores alterações).
- Plano de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) / Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolições (PPG).
- Medições e mapas de quantidade de trabalhos e estimativa orçamental, dando a indicação da natureza e da quantidade de todos os trabalhos necessários para a execução da obra.
- Outros elementos diversos a entregar:
    - Termos de responsabilidade subscritos pelo coordenador de projeto e pelos técnicos autores dos projetos, bem como as declarações de inscrição emitidas pelas respetivas associações públicas profissionais reconhecidas.
    - Um exemplar de todos os elementos que constituem o projeto em formato digital não editável (formatos do tipo ou equivalente a PDF e DWFx) e editável (formatos do tipo ou equivalente a DOC, XLS e DWG).
    - Dois exemplares impressos de todos os elementos que constituem o projeto.
    - Todos os elementos entregues e não editáveis – no formato físico e no formato digital – devem ser assinados digitalmente pelo técnico responsável, cumprindo os princípios do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado (SCEE).

DOC 3 – PARECER DA ARSLVT (parecer preliminar)

Centro de Saúde de Ourém:

Piso 0:

A - Ala Nova: Criar nova ala para UCC Ourém:

1 1 sala grande para registos de ECCI;
2 6/7 gabinetes (enfermeiros, médicos, técnicos);
3 1 espaço para arrumação e preparação de malas de domicílio com bancada e lavatório,
4 1 espaço para farmácia/material consumo clínico;
5 1 espaço arrumos;
6 1 secretariado.

B - Ala Esquerda:

1 USF Auren:

. melhorar/modernizar gabinetes médicos e de enfermagem;
. melhorar/modernizar atendimento administrativo (3 postos de atendimento);
. criar sala para apoio administrativo;
. modernizar WC.

2 UCSP Ourém:

. 4 gabinetes (médicos e enfermagem);
. 1 sala de tratamentos;
.1 zona de espera.

C - Ala Direita:

1 modernizar/melhorar zona de AC;
2 manter nesta área, requalificando os espaços: AC, Rx, Saúde Oral, lavandaria; arrumos, farmácia;
3 alocar um dos gabinetes existentes a técnicas de cardiopneumologia;
4 gabinetes para saúde mental (consultas e tratamentos descentralizados);
5 passar Saúde Pública para piso 1.

D- Requalificar piso 1:

1 manter sala de reunião;
2 manter salas de coordenação;
3 recolocar Saúde Pública neste piso.

Fonte: Informação proveniente da ARSLVT, registada no Anx. 1 de 19/04/2022, sob o n.º 31177/2022 (proc. MGD 2022/300.40.003/5).

DOC 4 – PARECER DO SERVIÇO DE PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO.

Os seguintes elementos, a que alude o capítulo VII GESTÃO URBANÍSTICA deste documento, podem ser descarregados em: https://bit.ly/3tDdLJv (ligação válida até 31.12.2023):

REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE EM OURÉM

PROGRAMA PRELIMINAR I JUNHO 2022

Documentos referentes ao PDM:

PEÇA DESENHADA: PLANTA TOPO-CADASTRAL

REQUERENTE: DPT - Nuno Nobre
NIF: null
FREGUESIA: NOSSA SENHORA DA PIEDADE
LUGAR/LOCAL:
FINALIDADE: Processc de obras n.99988/2022
DATA: 2022-6-15

1:2,000
0 30 60 m

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
Secções cadastrais – DGT – levantamento de campo entre 1964 e 1967 – não se encontra em vigor

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1
2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt



Planta produzida pelo utilizador a partir de um portal geográfico do município, servindo apenas de referência.

PEÇA DESENHADA: PLANTA DE ORDENAMENTO

REQUERENTE: DPT - Nuno Nobre
NIF: null
FREGUESIA: NOSSA SENHORA DA PIEDADE
LUGAR/LOCAL:
FINALIDADE: Processo de cbras n.99988/2022
DATA: 2022-6-15

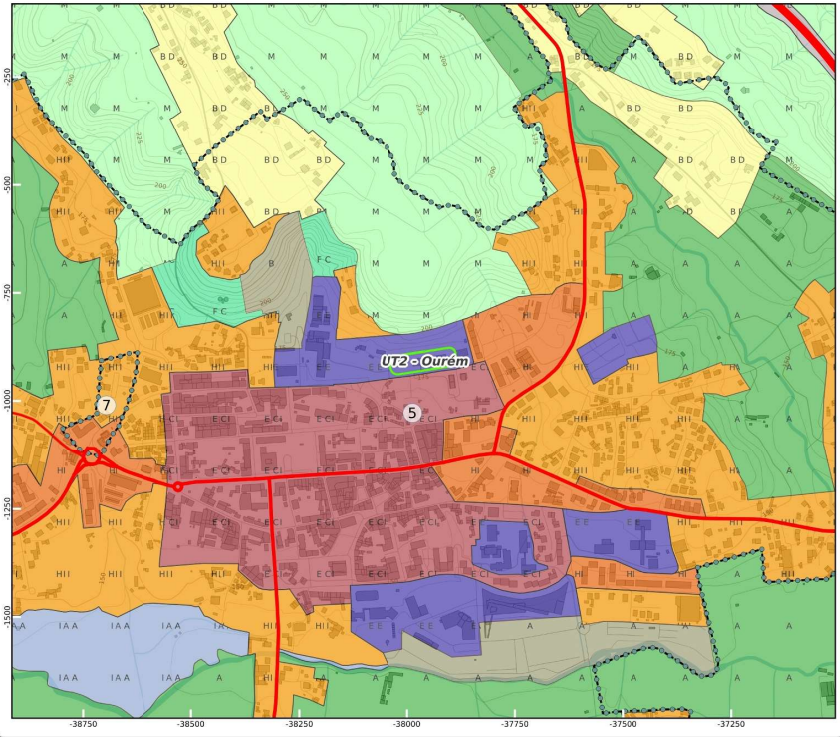
1:10,000
0 100 200 m

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1
2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt



LEGENDA

UOPG
UT2 - Ourém
Sub UOPG
5- CIDADE DE OUREM
7 - RIBEIRINHO
Vias existentes
Grandes coletoras
Vias distribuidoras principais
Vias distribuidoras secundárias
Ordenamento
SOLO RÚSTICO
a) Espaços agrícolas
i. Espaços agrícolas de produção
b) Espaços florestais
ii. Espaços florestais de conservação
iii. Espaços mistos
g) Espaços de equipamentos e infraestruturas estruturantes
i. Parque Ribeirinho de Ourém Poente
SOLO URBANO
a) Espaços centrais
i. Nível I - Cidades de Ourém e de Fátima
b) Espaços habitacionais
i. Tipo I
ii. Tipo II
d) Espaços verdes
i. Parque da Cidade António Teixeira
ii. Mata Municipal António Pereira Afonso
e) Espaços urbanos de baxa densidade
f) Espaços de equipamentos estruturantes
ii. Outros equipamentos
COMUM AO SOLO RÚSTICO E URBANO
a) Espaços de infraestruturas lineares estruturantes

Planta produzida pelo utilizador a partir de um portal geográfico do município, servindo apenas de referência.

PEÇA DESENHADA: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REQUERENTE: DPT - Nuno Nobre
NIF: null
FREGUESIA: NOSSA SENHORA DA PIEDADE
LUGAR/LOCAL:
FINALIDADE: Processo de cbras n.99988/2022
DATA: 2022-6-15

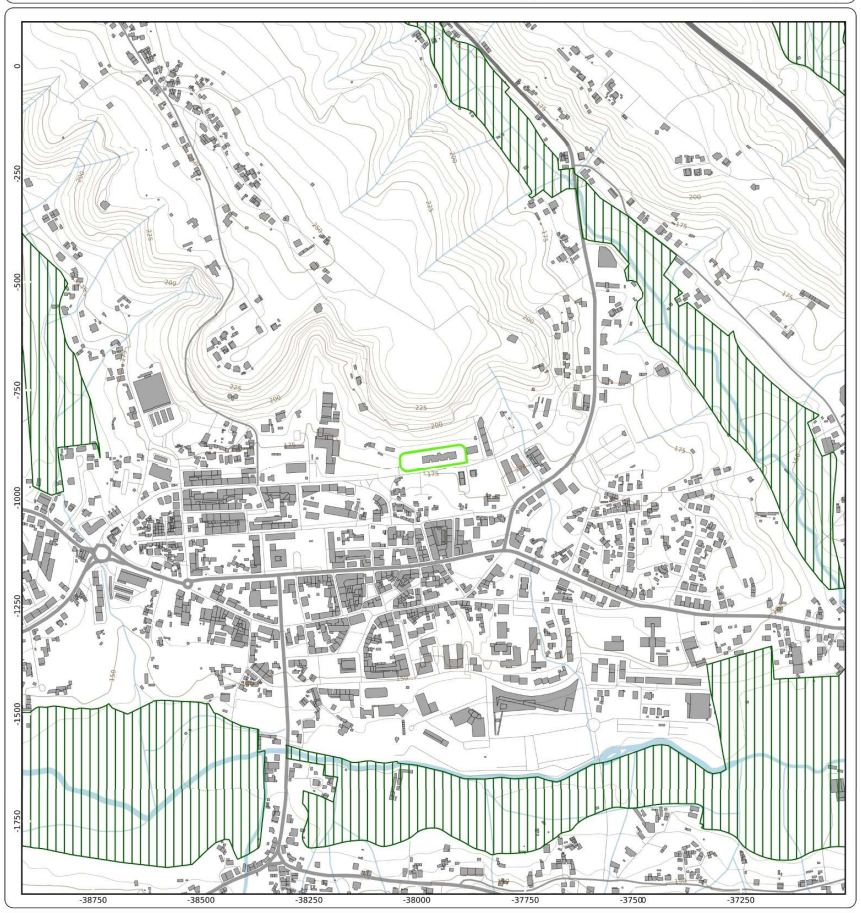
1:10,000
0 100 200 m

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1
2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt



LEGENDA

Reserva Agrícola Nacional
- Reserva Agrícola Nacional

Cartografia de base
Altimetria
- Curvas de Nível Mestras
- Curvas de Nível Secundárias
- Construções

Linhas de Água
- Rio
- Ribeira / Ribeiro
- linha de água
- Rede Ferroviária

Vias de Comunicação
- IP/AE
- IC
- EN (Rede Complementar)
- Estrada Municipal
- Caminho Municipal
- Outras Vias

Planta produzida pelo utilizador a partir de um portal geográfico do município, servindo apenas de referência.

PEÇA DESENHADA: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

REQUERENTE: DPT - Nuno Nobre
NIF: null
FREGUESIA: NOSSA SENHORA DA PIEDADE
LUGAR/LOCAL:
FINALIDADE: Processo de obras n.99988/2022
DATA: 2022-6-15

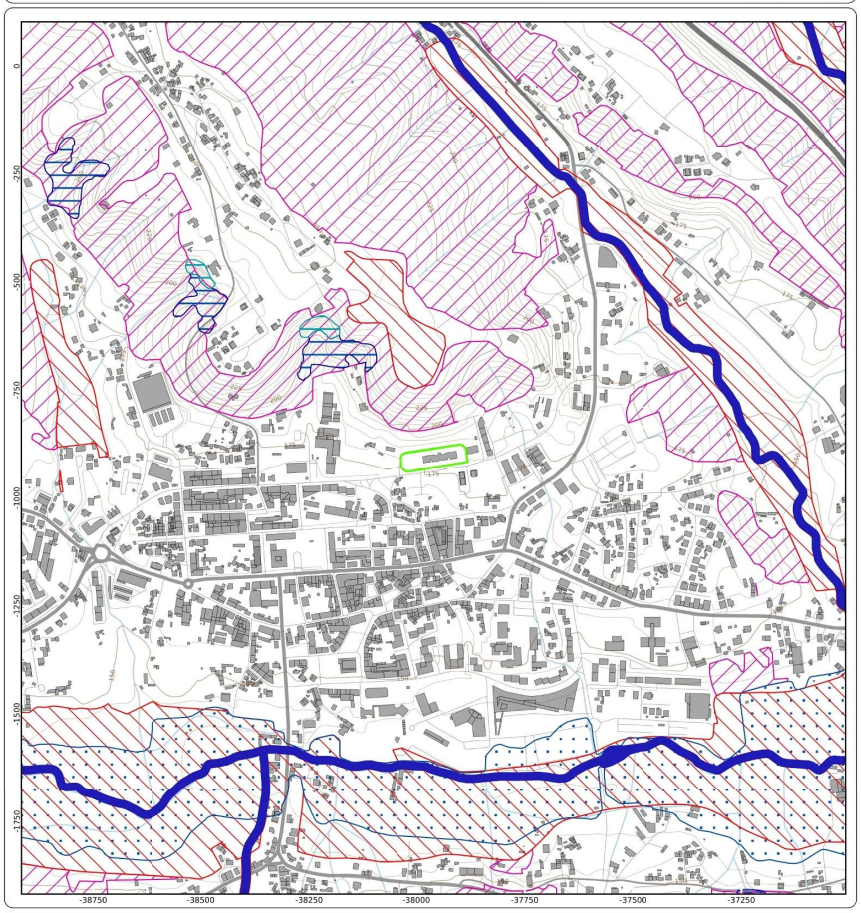
1:10,000
0 100 200 m

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)

SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1
2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt



LEGENDA

Reserva Ecológica Nacional
- Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo
- Áreas de instabilidade de vertente
- Escarpas e respetivas faixas de proteção
- Áreas de instabilidade de vertente
- Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga dos aquíferos
- Cursos de água e respetivos leitos e margens
- Zonas ameaçadas pelas cheias

Cartografia de base
Altimetria
- Curvas de Nível Mestras
- Curvas de Nível Secundárias
- Construções

Linhas de Água
- Rio
- Ribeira / Ribeiro
- linha de água
- Rede Ferroviária

Vias de Comunicação
- IP/AE
- IC
- EN (Rede Complementar)
- Estrada Municipal
- Caminho Municipal
- Outras Vias

Planta produzida pelo utilizador a partir de um portal geográfico do município, servindo apenas de referência.

Gestão Urbanística http://websig.cm-ourem.pt/views/map_tools/_print.php

Confrontação da operação urbanística com IGT e outra informação geográfica

Ourém CÂMARA MUNICIPAL

Identificação do Processo

Nº Processo: 99988/2022 Data Entrada:

Nº Registo: Data Registo: 06/05/2022

Operação Urbanística: Para elaboração de estudo / projeto

Classificação: 01

Identificação do Requerente

Requerente: DPT - Nuno Nobre

NIF:

Caracterização Urbanística

Área da Propriedade: 6455.70

Fonte do Polígono:

Coordenadas: -37961.94 -907.73

Observações: Número de processo fictício (não deve ser utilizado), criado apenas para efeito de elaboração de relató

Instrumentos de Gestão Territorial

PDM - Ordenamento

Uso: Solo Urbano - Espaços de Equipamentos Estruturantes 6455.70 m2

Condicionantes

Salvaguardas PDM:

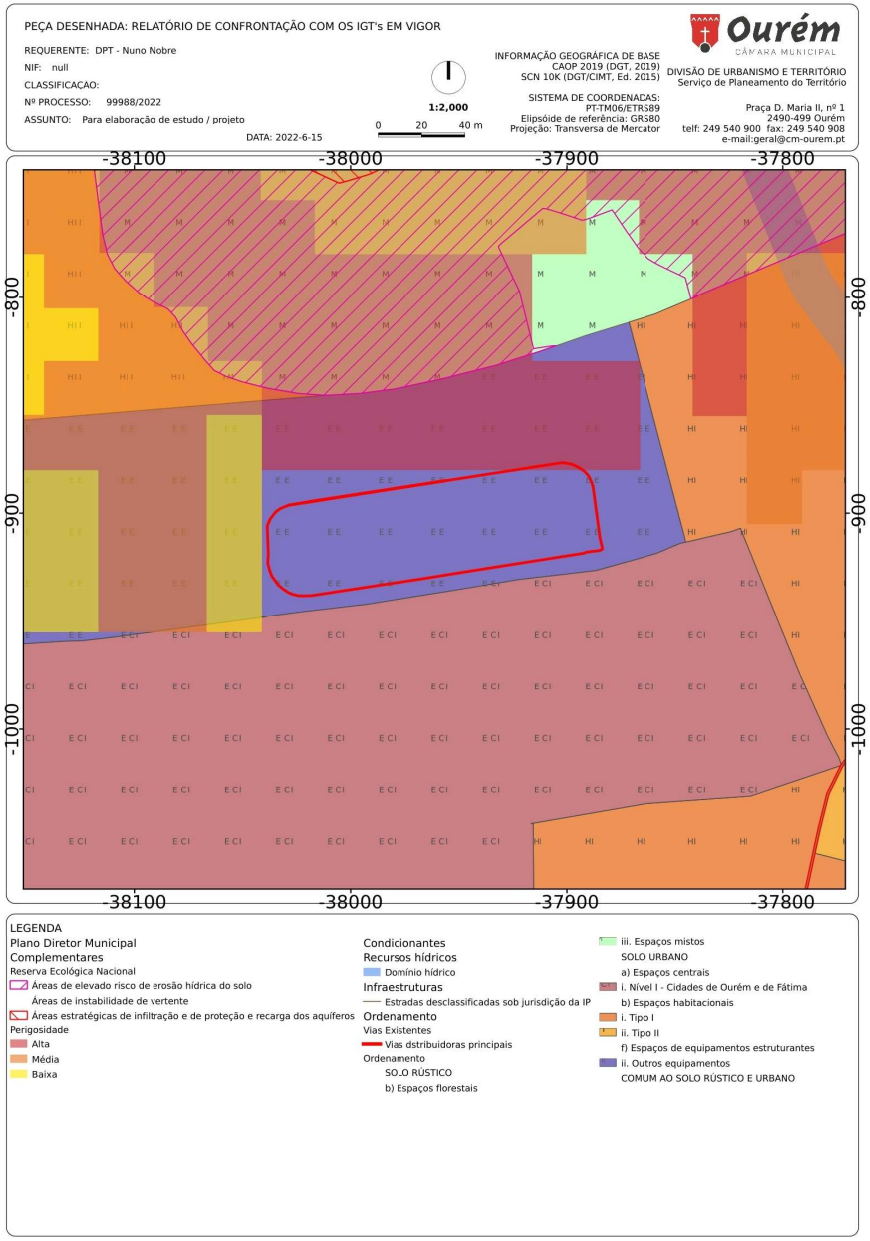
zonamento acústico: Zona Mista; sub-regiões homogéneas do PROF: Alto Nabão-pd-pt-re;

Outras Condicionantes:

Vias de comunicação: EIXO DO CAMINHO, EIXO DAS ESCADARIAS, EIXO DA RUA,AVENIDA, ROTUNDA, PRAÇA, LARGO, PASSEIO, EIXO DO CAMINHO PARTICULAR, EIXO DA ESTRADA PARTICULAR; Rede de abastecimento de água: Distribuidora; Rede Elétrica; Rede de gás: Caboduto sem fibra óptica, Rede de Distribuição em PE; Rede de telecomunicações: Conduta Enterrada;

Condicionantes PDM:

vértice geodésico; nós de 1ª ordem (existentes e previstos); perigosidade de incêndio florestal (em revisão): ; perigosidade de incêndio florestal: Alta, Baixa, Nula;



Documentos referentes ao PUO:

PEÇA DESENHADA:Zonamento acustico

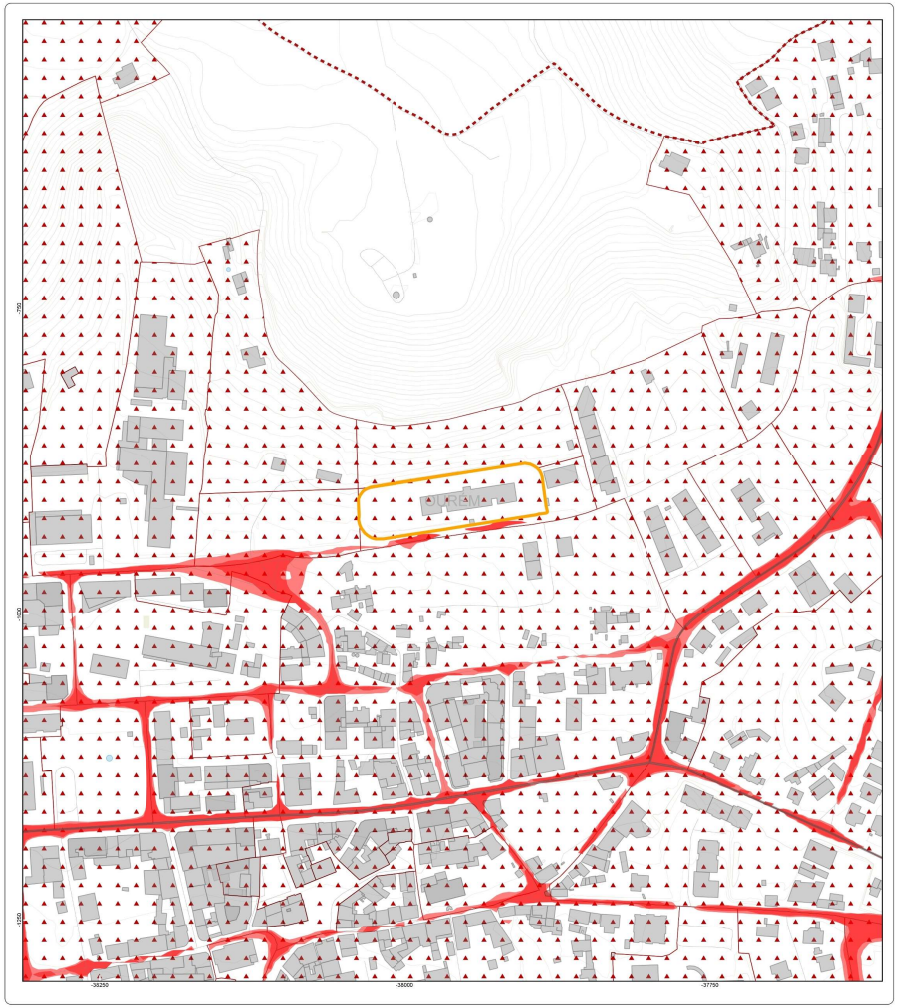
INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)
SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

1:2 500
0 50 100 150 m

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1 2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt

DATA: 2022-6-15



processos_limite | Limite do PUO | Zonas de conflito acústico | zona mista

PEÇA DESENHADA:Áreas de riscos e salvaguardas

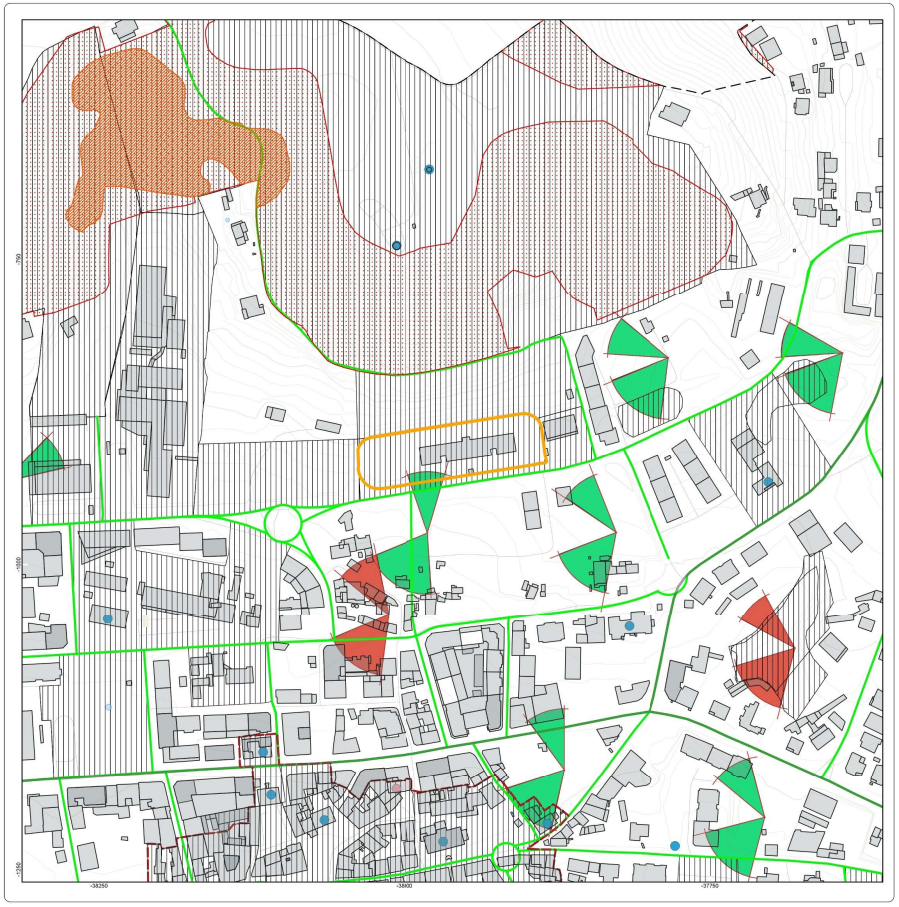
INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)
SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

1:2 500
0 50 100 150 m

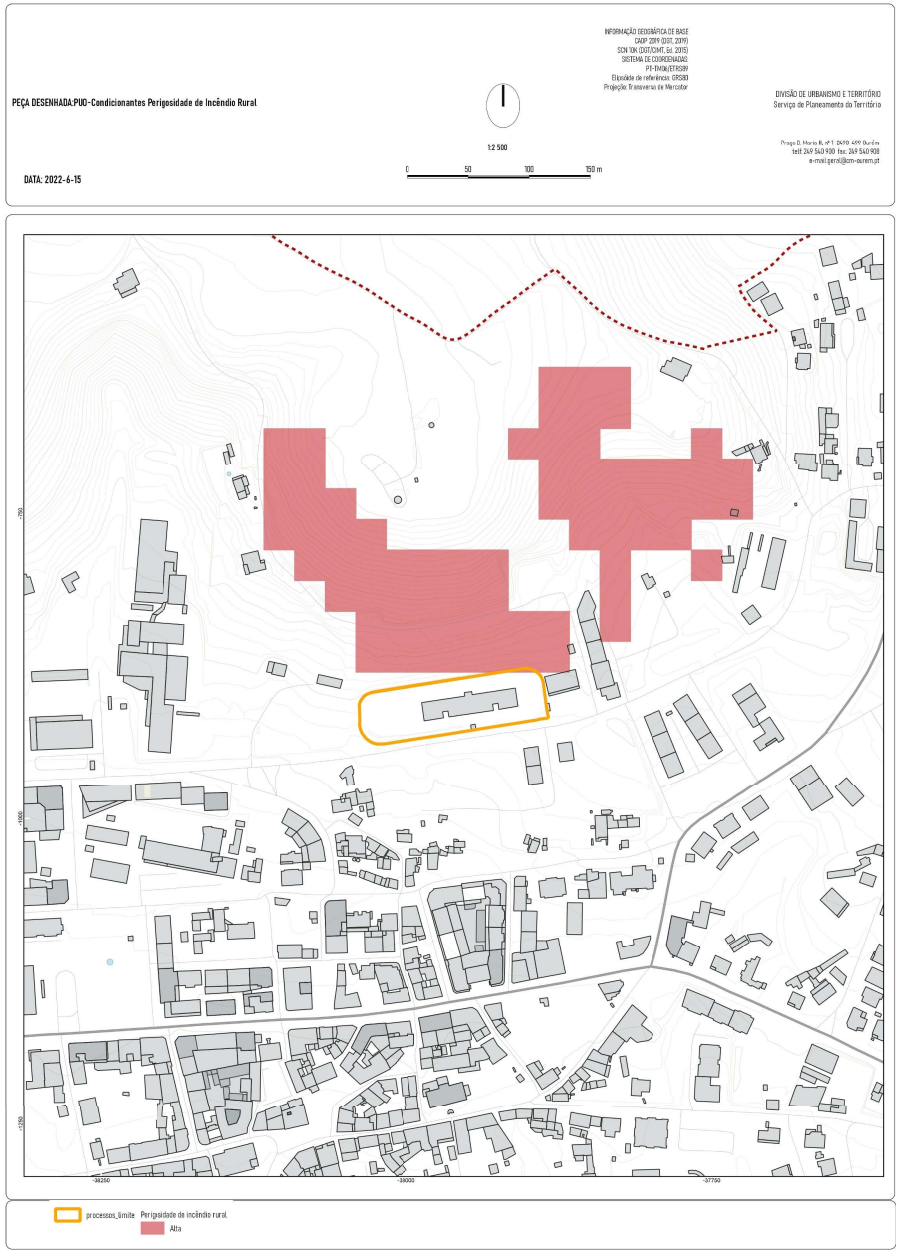
DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1 2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt

DATA: 2022-6-15



Riscos
Património Cultural - Bens Patrimoniais Imóveis
Património arquitetónico classificado
Património arquitetónico inventariado
Património arqueológico inventariado
centros_historicos copy
Centro Histórico | Vila Medieval
Centro Histórico | Vila Nova de Ourém
Riscos
Áreas de elevado risco de erosão hídrico do solo
Áreas de instabilidade de vertentes
Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias
Áreas de salvaguarda
Estrutura Ecológica Municipal
Estrutura Ecológica Municipal
Áreas de proteção funcional da rede viária
Sistema de Vistas - Ângulos a salvaguardar para garantir a visibilidade aos elementos de referência
puo_angulos_visao
puo_areas_livres
Castelo de Ourém e Encosta do Lourinha
Altura máxima de uma fachada contínua inferior a 18m
Altura máxima de uma fachada contínua inferior a 12m
Altura máxima de uma fachada contínua inferior a 6m
Ribeira de Seiça
Fachadas descontínuas/aberturas que promovam as vistas
Limite do PUO
processos_limite


INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CNIG, Ed. 2015)
SISTEMA DE COORDENADAS
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção Transversa de Mercator
PEÇA DESENHADA:PUO-Condicionantes Perigosidade de Incêndio Rural
1:2 500
0 50 100 150 m
DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território
Praça D. Maria II, nº 1 2490-499 Ourém
telf 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt
DATA: 2022-6-15
-38250
-38000
-37750
processos_limite
Perigosidade de incêndio rural
Alta

PEÇA DESENHADA: PLANTA DE ORDENAMENTO - Qualificação operativa

DATA: 2022-6-15

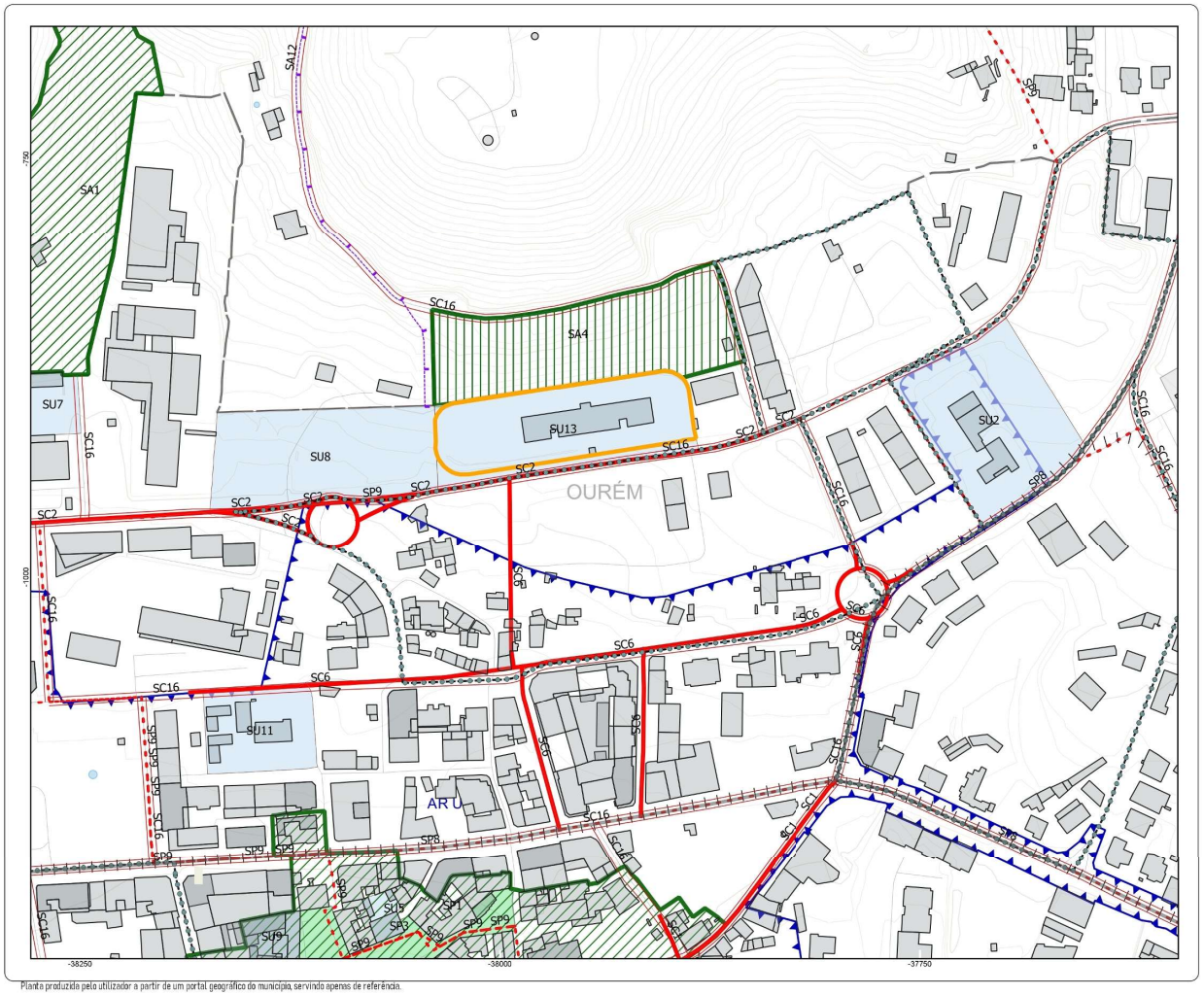
1:2 500

0 50 m

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)
SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1 2490-499 Ourém
telf. 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt



Planta produzida pelo utilizador a partir de um portal geográfico do município, servindo apenas de referência.

Sistema de conetividade-Eixo1-Afirmar a cidade no sistema urbano municipal e supramunicipal.
Reforçar conetividade e níveis de serviço
1.Requalificação e reperfilamento de vias
'SC1 - Intersecção da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes com a Rua das Serradas e prolongamento da Rua Eng.Adelino Amaro da Costa'
'SC2 - Requalificação da Rua Dr. Justiniano da Luz Preto e estruturação, com recurso a rotunda, do entroncamento da Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto com a Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira'
'SC6 - Requalificação/ Reperfilamento da Rua de Castela, da Rua Armando Henrique Reis Vieira e de ruas evolventes'
'2.Promover a continuidade da rede viária através da criação de novas vias'
3.Promover a mobilidade suave'
'SC16 - Vias a privilegiar como corredor verde e para modos suaves'
Sistema Ambiental-Eixo 2- Promover a sustentabilidade ambiental.Espaços verdes de proximidade e integração da ribeira de Seiça na vida da cidade
4.Promover a sustentabilidade ambiental das redes de infraestruturas
'SA12 - Garantir a cobertura integral da Cidade com a rede de saneamento'
Sistema patrimonial-Eixo 3-Dinamizar a atividade económica.Valorizar património para aumentar a atratividade turística
3.Promoção das rotas existentes
'SP8 - Requalificação e Valorização dos Caminhos da Fé e da Cultura'
SP9 - Criação da Rede de rotas e caminhos
Sistema Ambiental-Eixo 2- Promover a sustentabilidade ambiental.Espaços verdes de proximidade e integração da ribeira de Seiça na vida da cidade'
'1.Requalificação dos espaços verdes existentes'
'SA1 - Requalificação ecológica e paisagística da Mata Municipal'
2.Criação de novos espaços verdes'
'SA4 - Espaço verde junto ao Centro de Saúde'
Sistema patrimonial-Eixo 3-Dinamizar a atividade económica.Valorizar património para aumentar a atratividade turística'
1.Reabilitação de equipamentos de cariz patrimonial e cultural'
'SP1 - Reabilitação do parque edificado do Núcleo Histórico de Vila Nova de Ourém para habitação, comércio e serviços, associado à promoção do comércio tradicional'
'2.Criação ou requalificação de espaços de utilização coletiva de referência'
'SP3 - Valorização do Largo Prof. Egas Moniz, da Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida e do Largo Dr. Vitorino de Carvalho'
Sistema urbano-Eixo 4.Privilegiar políticas de contenção urbana.Apostar na reabilitação e regeneração
1.Reabilitação do edificado de cariz histórico e cultural'
SU2 - Equipamento de cariz cultural/ museológico/ educativo (antigo Colégio Fernão Lopes
'SU5 - Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém'
'2.Criação e reabilitação de equipamentos desportivos'
'SU7 - Requalificação do campo polidesportivo de Ourém'
'SU8 - Ampliação do Agrupamento de Escolas de Ourém e respetivo estacionamento'
'SU9 - Futura Academia de Música da Banda de Ourém (AMBO)'
'SU11 - Equipamento de Administração Municipal (reconversão da Antiga Casa dos Magistrados e do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém)'
SU13 - Requalificação do Centro de Saúde de Ourém'
ARU
suopg
Unidades Territoriais
Limite do PUO
processos_limite

PEÇA DESENHADA: PLANTA DE ORDENAMENTO - Qualficação funcional

DATA: 2022-6-15

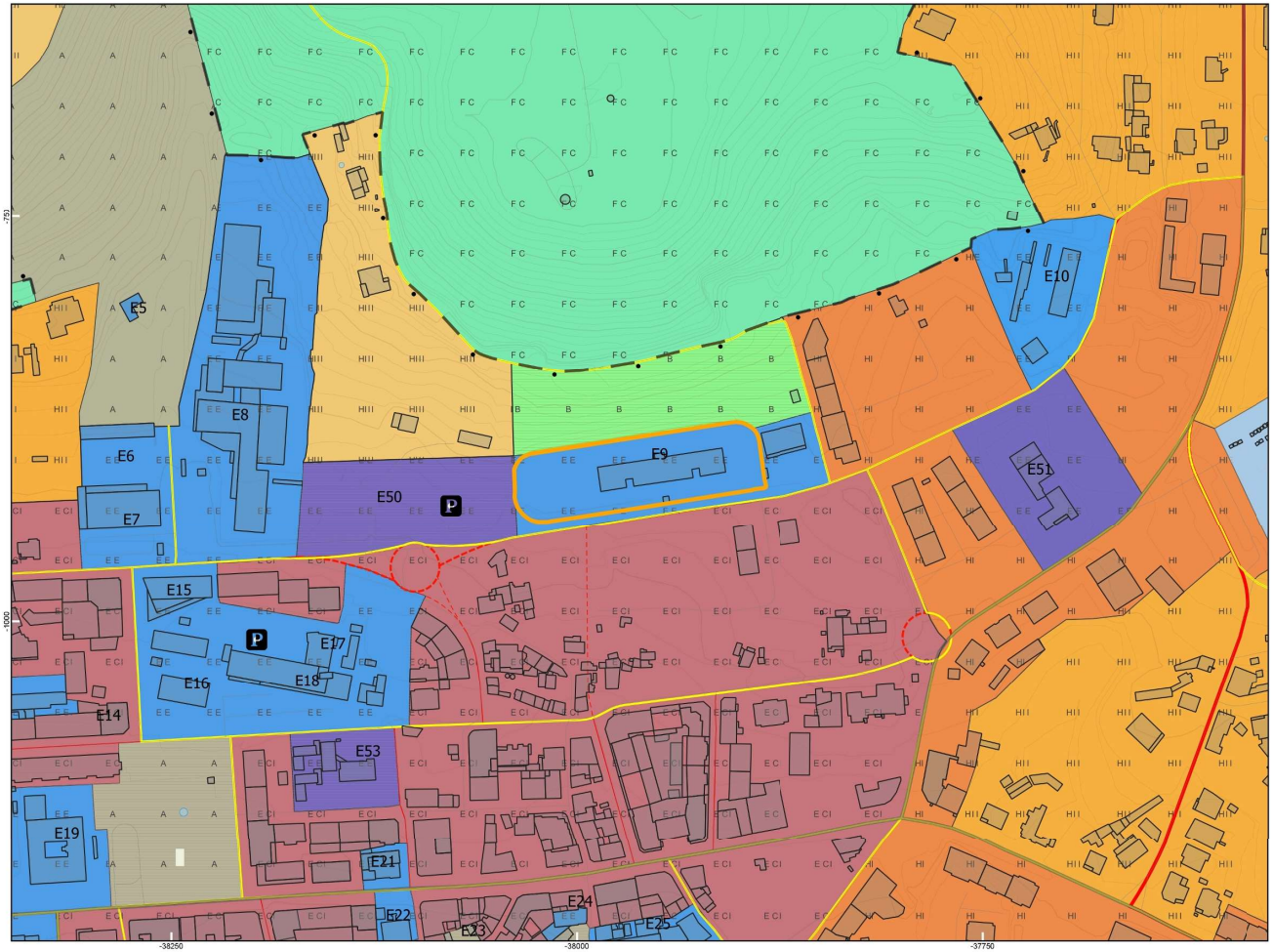
1:2 599,28536

0 50 m

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE BASE
CAOP 2019 (DGT, 2019)
SCN 10K (DGT/CIMT, Ed. 2015)
SISTEMA DE COORDENADAS:
PT-TM06/ETRS89
Elipsóide de referência: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator

DIVISÃO DE URBANISMO E TERRITÓRIO
Serviço de Planeamento do Território

Praça D. Maria II, nº 1 2490-499 Ourém
telf: 249 540 900 fax: 249 540 908
e-mail:geral@cm-ourem.pt



Planta produzida pelo utilizador a partir de um portal geográfico do município, servindo apenas de referência.

Equipamentos existentes
E5-Centro de Interpretação Ambiental de Ourém (QUERCUS)
E6-Campo Polidesportivo de Ourém
E7-Pavilhão Desportivo da Escola Básica e Secundária de Ourém
E8-Agrupamento de Escolas de Ourém - Escola Básica e Secundária
E9-Centro de Saúde de Ourém
E10-Posto Territorial de Ourém da Guarda Nacional Republicana (GNR)
E14-Junta de Freguesia de N. Sra. da Piedade
E15-Serviço das Finanças de Ourém
E16-Assembleia Municipal de Ourém
E17-Câmara Municipal de Ourém e Auditório Municipal
E18-Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém
E19-Palácio da Justiça - Comarca de Santarém
E21-CTT - Correios de Portugal
E22-Escola de Música e Artes de Ourém
E23-Museu Municipal de Ourém - Sede
E24-Museu Municipal de Ourém - Núcleo da Casa do Administrador
E25-Fundação Dr. Agostinho A. de Almeida - Centro de Dia e Lar de Idosos
Equipamento Proposto
E50-Agrupamento de Escolas de Ourém (ampliação)
E51-Equipamento de cariz cultural/ museológico/ educativo (antigo Colégio Fernão Lopes)
E53-Equipamento de Administração Municipal (Antiga Casa dos Magistrados)
Parque de estacionamento
Vias a privelgiar como corredor verde e para modos suaves
Vias previstas
vias distribuidoras principais
vias distribuidoras secundárias
vias de acesso local
Vias existentes
Vias distribuidoras principais
Vias Distribuidoras Secundárias
vias de acesso local
processos_limite
Centro Cívico da Cidade de Ourem
Qualficação funcional
SOLO RÚSTICO
FC Espaços florestais de conservação
SOLO URBANO
Espaços centrais
ECI I - Área Central da Cidade de Ourém
Espaços habitacionais
HI Tipo I-Habitação coletiva
HII Tipo II- Habitação unifamiliar de génese urbana
HIII Tipo III-Habitação unifamiliar de génese rural
Espaços de Equipamentos
EE Equipamentos Existentes
EE Equipamentos propostos
Espaços verdes
A Áreas verdes de utilização coletiva existentes
B Áreas verdes de utilização coletiva propostas
limite de perímetro urbano
Limite do PUO

DOC 5 – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E ARQUITETÓNICO

Os seguintes elementos em formato vetorial podem ser descarregados em: https://bit.ly/3QinYoq (ligação válida até 31.12.2023):

I. ficheiros editáveis:
   a. 22756_01_LT.DWG (Levantamento topográfico em CAD V2018)
   b. 22756_01_LT CAD2010.DWG (Levantamento topográfico em CAD V2010)
   c. 22756_01_LA.DWG (Levantamento arquitetónico em CAD V2018)
   d. 22756_01_LA - CAD2010.DWG (Levantamento arquitetónico em CAD V2010)

II. Ficheiros não editáveis:
   a. REL_TOP_GOTOP-CMO_CSO.pdf (inclui todas as peças escritas e desenhadas).

Para além dos ficheiros supracitados poderá ser disponibilizado o ficheiro *CS_Ourem.lgs*, referente à visualização da nuvem de pontos e das fotos 360º, que poderá ocorrer com recurso ao software do tipo ou equivalente ao Leica TruView Digital Reality Viewer.

Esse ficheiro, dada a sua dimensão (37Gb) poderá ser fornecido no edifício sede dos serviços municipais, mediante suporte que o interessado seja portador.

RELATÓRIO
Data: Maio de 2022

CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM

Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira

OURÉM

PROCEDIMENTO Nº. 2022/300.10.005/429

INDICE:

1. APRESENTAÇÃO 2
2. LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 3
3. MONOGRAFIA DOS APOIOS TOPOGRÁFICOS 9
4. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO 13
5. LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO 13
6. PEÇAS DESENHADAS 13
7. ELEMENTOS ENTREGUES 18

1. APRESENTAÇÃO

GOTOP, Lda, apresenta o Relatório correspondente aos trabalhos realizados de levantamento topográfico e levantamento arquitetónico no edifício onde está instalado o Centro de Saúde de Ourém.

Este relatório tem como objeto as seguintes atividades:

- **Localização do edifício**
- **Monografia dos Apoios Topográficos**
- **Levantamento Topográfico**
- **Levantamento Arquitetónico**

2. LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

O edifício está localizado na Rua Dr Armando Henrique Reis Vieira na cidade de Ourém, freguesia de Nª Senhora da Piedade e concelho de Ourém.

Apresentamos de seguida algumas imagens da localização e alçados do edifício.

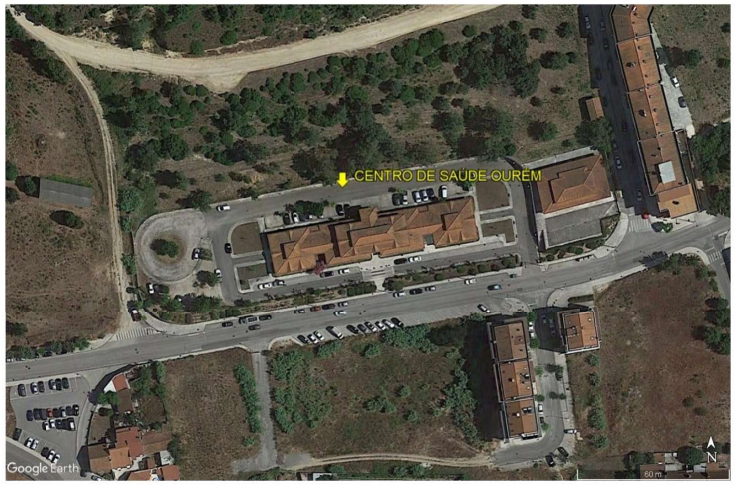
Apresentamos de seguida algumas imagens da localização e alçados do edifício.



Localização do edifício



Lccalização do edifício



Localização do edifício



Alçado Principa



Alçado Principa



Alçado Principa



Alçado Tardoz

6/18



Alçado Tardoz



Alçado Tardoz

7/18



Açado Lateral Direito



Alçado Lateral Esquerdo

3. MONOGRAFIA DOS APOIOS TOPOGRÁFICOS

Foram criados dois apoios topográficos, lidos com equipamento GPS Leica GS14 Glonass com medição em tempo real (RTK) e ligação à Rede Geodésica Nacional RNEP no sistema coordenado ETRS89-TM06.

Apresentamos nas páginas seguintes as fichas monográficas dos Apoios Topográficos.

MONOGRAFIA DO APOIO TOPOGRÁFICO

UNIDADE DE SAÚDE DE OURÉM

DESCRIÇÃO

Cliente: CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM		**Identificação:**	G1
Objeto: Levantamento de Unidade de Saúde		**Data:**	MAIO / 2022
Local: Ourém		**Concelho:**	Ourém
Distrito: Santarém		**Meridiano Central:**	-9º
Localização do Ponto: Prego cravado no passeio calçada			

COORDENADAS

Sistema de Referência	Geográfica		ETRS89 – TM06		Cota (m)
	Latitude	Longitude	M	P	Ortométrica
WGS-84	39° 39' 32.58" N	8° 34' 32.88" W	-37990.654	-928.683	177.00

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

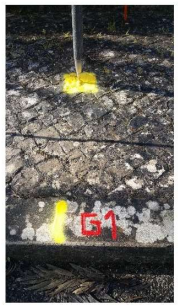




IMAGEM DE SATÉLITE





Topografia: GOTOP GABINETE ORÇAMENTOS TOPOGRAFIA

Ourém CÂMARA MUNICIPAL

10/18

MONOGRAFIA DO APOIO TOPOGRÁFICO

UNIDADE DE SAÚDE DE OURÉM

DESCRIÇÃO

Cliente: CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM		**Identificação:**	G2
Objeto: Levantamento de Unidade de Saúde		**Data:**	MAIO / 2022
Local: Ourém		**Concelho:**	Ourém
Distrito: Santarém		**Meridiano Central:**	-9º
Localização do Ponto: Prego cravado no passeio em calçada			

COORDENADAS

Sistema de Referência	Geográfica		ETRS89 – TM06		Cota (m)
	Latitude	Longitude	M	P	Ortométrica
WGS-84	39° 39' 33.30" N	8° 34' 28.33" W	-37882.081	-907.164	179.94

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



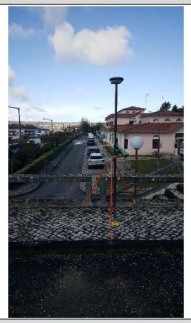


IMAGEM DE SATÉLITE





Topografia: GOTOP GABINETE ORÇAMENTOS TOPOGRAFIA

Ourém CÂMARA MUNICIPAL

11/18

MONOGRAFIA DO APOIO TOPOGRÁFICO				
UNIDADE DE SAÚDE DE OURÉM				
DESCRIÇÃO				
Cliente: CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM			**Identificação:**	G3
Objeto: Levantamento de Unidade de Saúde			**Data:**	MAIO / 2022
Local: Ourém			**Concelho:**	Ourém
Distrito: Santarém			**Meridiano Central:**	-9º
Localização do Ponto: Prego cravado no passeio em calçada				
COORDENADAS				
Sistema de Referência	**Geográfica**		**ETRS89 – TM06**		**Cota (m)**
	Latitude	**Longitude**	**M**	**P**	**Ortométrica**
WGS-84	39° 39' 33.44" N	8° 34' 34.79" W	-38035.970	-902.061	177.53
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO					
					
IMAGEM DE SATÉLITE					
					
Topografia: GOTOP GABINETE ORÇAMENTOS TOPOGRAFIA			Ourém CÂMARA MUNICIPAL		

4. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

O levantamento topográfico foi executado pelo método topográfico e geodésico de alta precisão com a tecnologia GNSS (Global Navigation Satellite System), utilizando equipamento Leica GPS GS14 em RTK e pelo método clássico com Estação Total Robotizada Leica TCRP 1205 R1000.

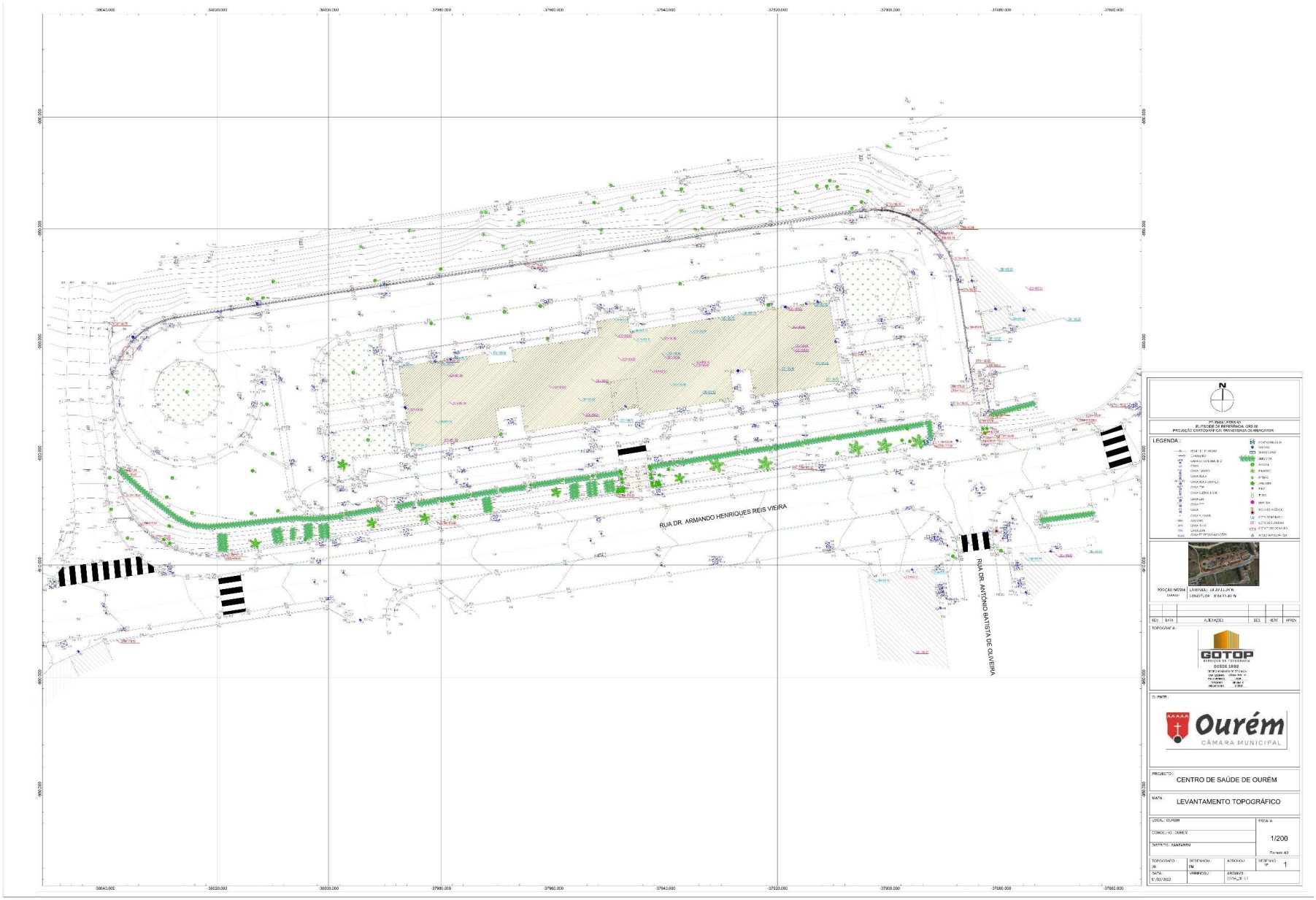
5. LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO

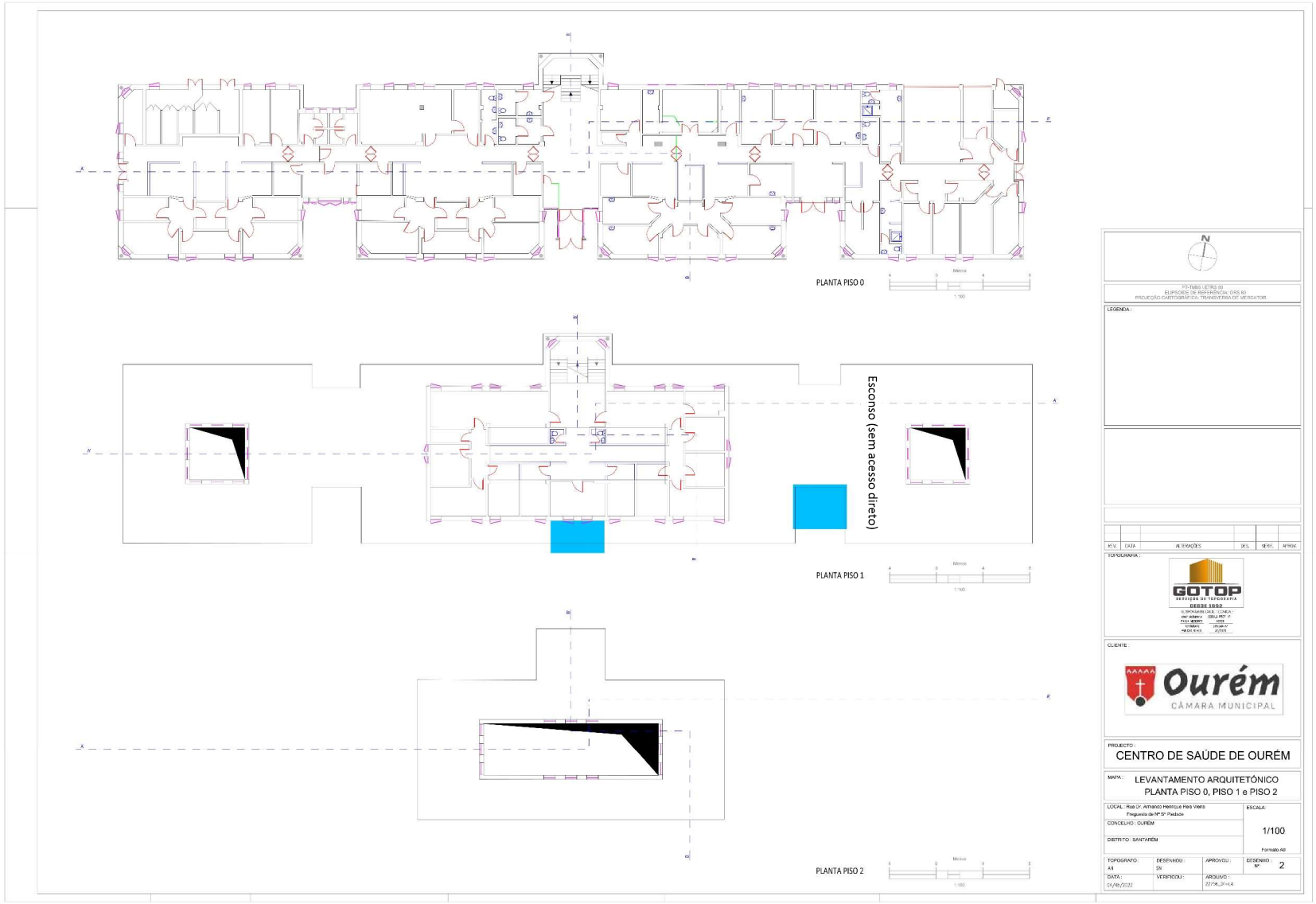
O levantamento arquitetónico foi realizado com recurso a um Scanner BLK 360 da Leica, tendo sido afixados diversos alvos topográficos coordenados pela equipa de topografia, para georreferenciar o trabalho.

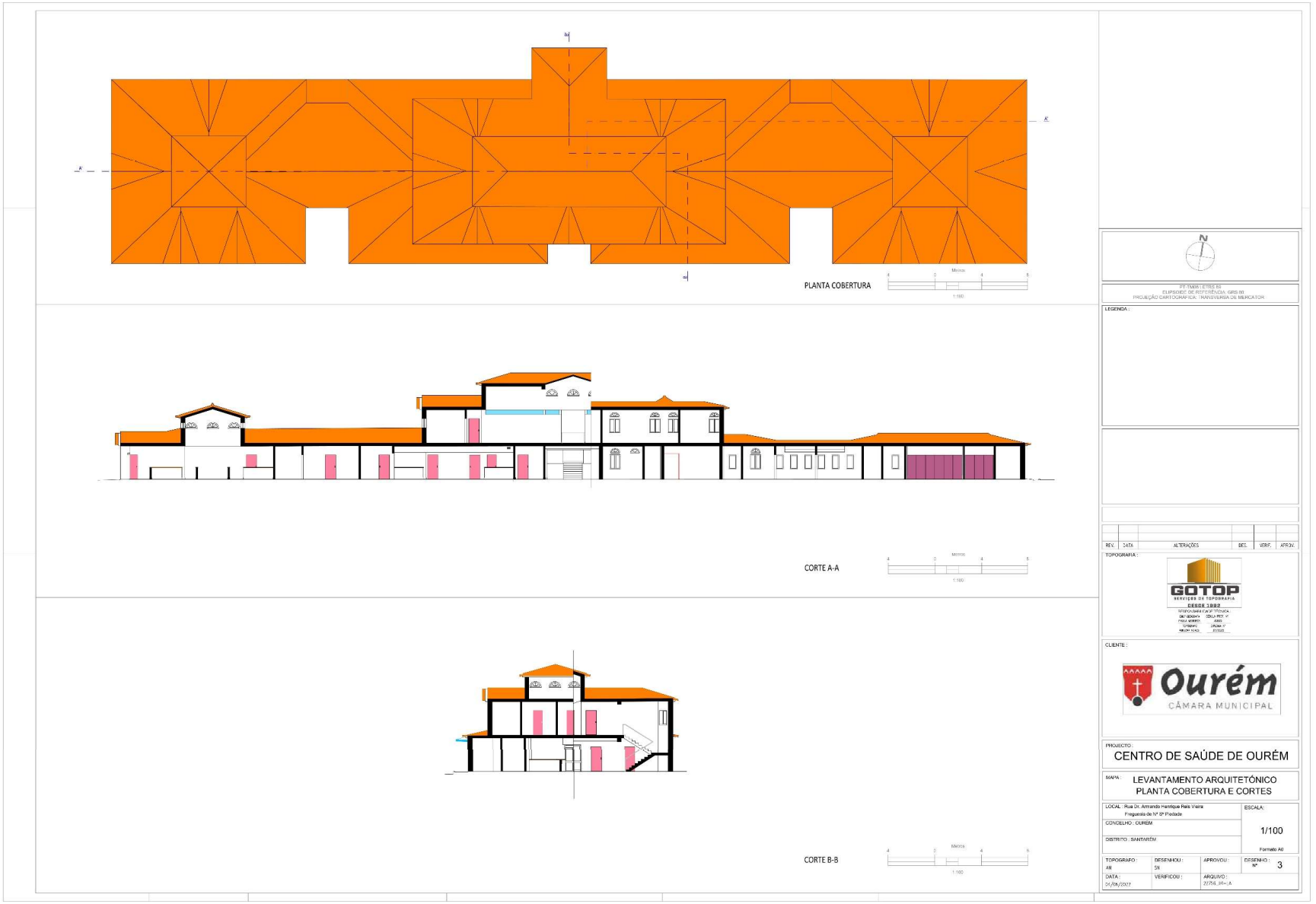
6. PEÇAS DESENHADAS

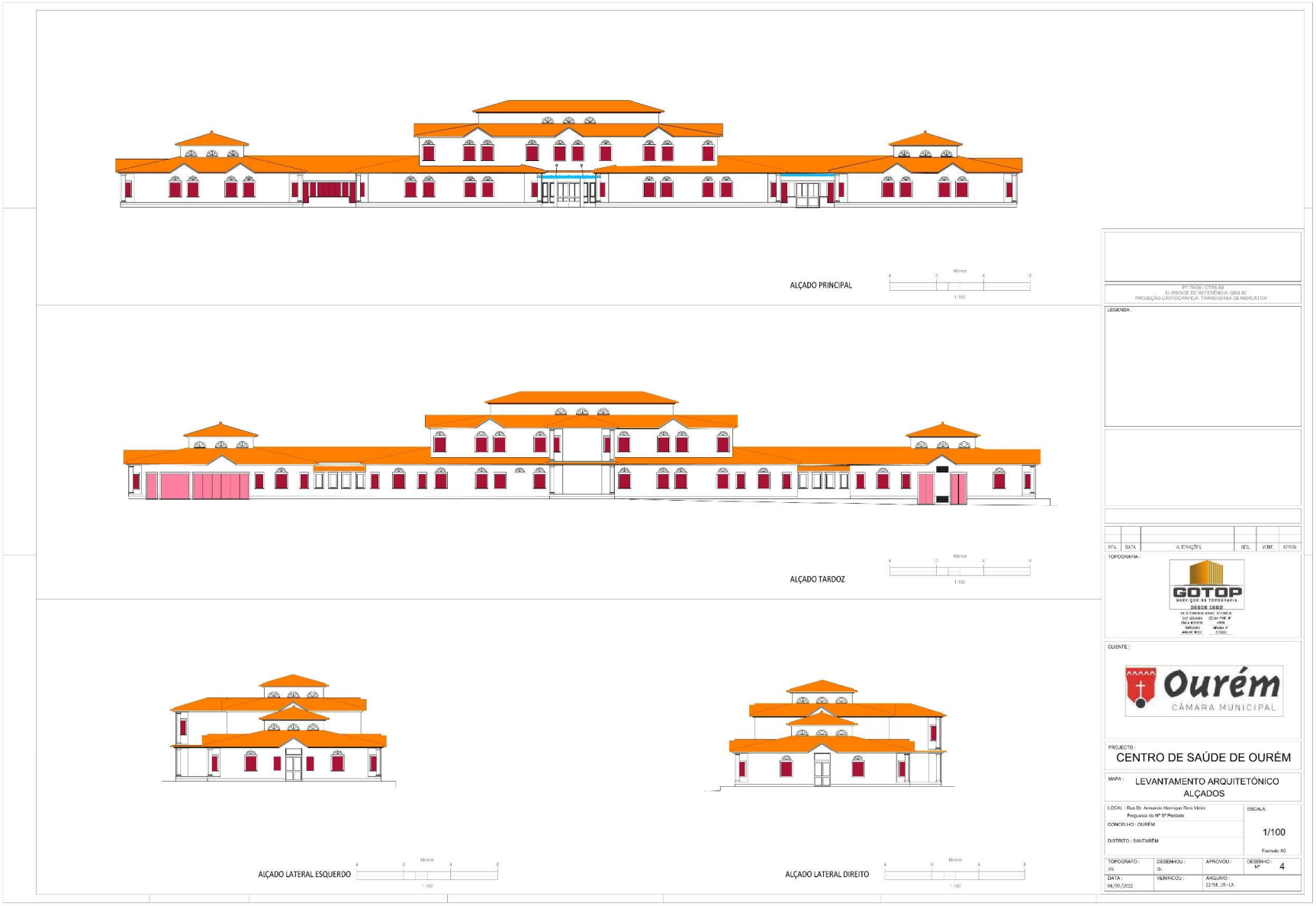
Foram elaboradas as seguintes peças desenhadas que juntamos a este relatório nas páginas seguintes:

- ✓ Planta Topográfica à escala 1/200
- ✓ Planta do Piso 0, Piso 1 e Piso 2 à escala 1/100
- ✓ Planta de Cobertura e Cortes à escala 1/100
- ✓ Alçados à escala 1/100


RUA DR. ARMANDO HENRIQUES REIS VIEIRA
RUA DR. ANTÓNIO BATISTA DE OLIVEIRA
LEGENDA :
GOTOP
Ourém
CÂMARA MUNICIPAL
PROJECTO :
CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM
DATA :
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
1/200


PLANTA PISO 0
Esconso (sem acesso direto)
PLANTA PISO 1
PLANTA PISO 2
N
LEGENDA :
TOPOGRAFIA :
GOTOP
CLIENTE :
Ourém
CÂMARA MUNICIPAL
PROJECTO :
CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM
MAPA :
LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO
PLANTA PISO 0, PISO 1 e PISO 2
LOCAL : Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira
Freguesia de Nª Sª Piedade
CONCELHO : OURÉM
DISTRITO : SANTARÉM
ESCALA:
1/100
Formato A0
TOPOGRAFO :
AH
DESENHOU :
SN
APROVOU :
DESENHO :
Nº 2
DATA :
04/MAI/2022
VERIFICOU :
ARQUIVO :


PLANTA COBERTURA
CORTE A-A
CORTE B-B
N
LEGENDA :
REV. DATA ALTERAÇÕES DES. VERIF. APROV.
TOPOGRAFIA :
GOTOP
SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA
DESDE 1992
CLIENTE :
Ourém
CÂMARA MUNICIPAL
PROJECTO :
CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM
MAPA : LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO
PLANTA COBERTURA E CORTES
LOCAL : Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira
Freguesia de Nª Sª Piedade
CONCELHO : OURÉM
DISTRITO : SANTARÉM
ESCALA:
1/100
Formato A0
TOPOGRAFO : AM
DESENHOU : SN
APROVOU :
DESENHO Nº: 3
DATA : 04/06/2021
VERIFICOU :
ARQUIVO :


ALÇADO PRINCIPAL
ALÇADO TARDOZ
ALÇADO LATERAL ESQUERDO
ALÇADO LATERAL DIREITO
LEGENDA :
TOPOGRAFIA :
GOTOP
SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA
DESDE 1989
CLIENTE :
Ourém
CÂMARA MUNICIPAL
PROJECTO :
CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM
MAPA :
LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO
ALÇADOS
ESCALA:
1/100
DISTRITO : SANTARÉM
DATA :
04/05/2022
Formato A0

7. ELEMENTOS ENTREGUES

Foi entregue uma cópia em papel de todo o relatório e respetivos desenhos.

Foi entregue uma PEN com os seguintes ficheiros:

Editáveis:

22756_01_LT.DWG (Levantamento topográfico em CAD V2018)
22756_01_LT CAD2010.DWG (Levantamento topográfico em CAD V2010)
22756_01_LA.DWG (Levantamento arquitetónico em CAD V2018)
22756_01_LA - CAD2010.DWG (Levantamento arquitetónico em CAD V2010)

CS_Ourem.lgs (Ficheiro para visualizar a nuvem de pontos e as fotos 360º)

Não editáveis:

REL_TOP_GOTOP-CMO_CSO.pdf (inclui todas as peças escritas e desenhadas)

18/18

ANEXO II

Consulta Preliminar ao Mercado

(n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP)

MY PROJECT
BY CASA GOMES

Rua Coronel Oliveira Verdades Miranda, N.15
2330-192 Entroncamento
PORTUGAL
Telf: +351 249 726 443
www.myproject.com.pt
geral@myproject.com.pt

PROPOSTA DE HONORÁRIOS

PH0907/2022BP

Consulta Preliminar nos termos do Art.º 35.º-A do Código dos Contratos Públicos - Consulta ao Mercado

SERVIÇOS DE ARQUITECTURA E ESPECIALIDADES

SOLICITADA PELO MUNICIPIO DE OURÉM

PRAÇA Dª MARIA II, Nº1 - 2490-499 OURÉM

AGOSTO DE 2022

INTRODUÇÃO

A presente proposta de Honorários tem por Base o V/ Programa Preliminar referente à reabilitação e ampliação de edifício onde funcionam diversos serviços ligados à saúde pública, nos termos do Art.º 35.º-A do Código dos Contratos Públicos – Consulta de Mercado, de Junho de 2022, a qual foi acompanhada de elementos de apresentação da intervenção a efectuar.

A presente proposta subdivide-se em 3 fases:

FASE 1 - ESTUDO PRÉVIO

Desenvolvimento de projecto base;

PROJECTO DE ARQUITECTURA

- Projeto de Arquitetura;
- Plano de acessibilidades;
- Planta de Arranjos Exteriores;
- Maquete tridimensional composta por 10 imagens de exterior e 10 imagens de interior;
- Acompanhamento Processual.

Cada projeto de será acompanhado dos respetivos termos de responsabilidade, bem como, estimativa e memórias descritivas, sendo competência dos projetistas garantir a assistência técnica necessária.

PROJETO DE ESPECIALIDADES

- Projecto de Estabilidade;
- Projecto de Demolição;
- Projeto de Verificação de Comportamento Térmico + Pré-Certificado Energético exclui Taxa ADENE;
- Projeto de Verificação Acústica;
- Projeto de Drenagem de Águas Pluviais;
- Projeto de Drenagem Águas Residuais;
- Projeto de Distribuição de Águas Prediais;
- Plano Segurança e Saúde;
- Projeto de Rede de Gás exclui Taxa de Aprovação;
- Projecto de Segurança Contra Incêndios;
- Projeto ITED;
- Projecto Eléctrico;
- Sistema de Aquecimento ambiente;
- Projecto de AVAC;

- Plano de Segurança e Saúde;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD);

Cada projeto de especialidades ou conjunto de especialidades será acompanhado dos respetivos termos de responsabilidade, bem como das medições e mapa de quantidades de trabalhos; estimativa; e, caderno de encargos e memórias descritivas/cálculo, sendo competência dos projetistas garantir a assistência técnica necessária.

A coordenação dos projetos será assumida pelo Serviço de Projetos Técnicos, a quem caberá a elaboração do projeto de execução do traçado da rede viária.

FASE 2 – PROJECTO DE EXECUÇÃO

- Desenvolvimento dos Projectos Base aprovados (Arq. e Especialidades) e Projeto Eletricidade;
- Caderno de Encargos e Mapa de Medições;
- Mapa de vãos;
- Mapa de acabamentos;
- Pormenorização;

FASE 3 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Acompanhamento da obra durante a sua execução – 25 visitas durante o prazo de execução estabelecido em 10 meses;

HONORÁRIOS

Valor estimado da Obra: Área a Reabilitar: € 1 400 000,00

Área Nova a edificar e Paisagismo: 1 800 000,000

Relativamente aos Honorários apresentamos o Valor de:

Valor honorários - [redacted]

MODALIDADE DE PAGAMENTO

Prestação de Serviços — Faseamentos , conforme proposto

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- **Estudo Prévio** – Realização no prazo estimado de 20 dias após a adjudicação;

- **Execução** – Realização no prazo estimado de 20 dias após a aprovação do Estudo Prévio;

- **Assistência técnica** – Prestada durante 10 meses;

CONDIÇÕES E EXCLUSÕES

Será fornecida uma coleção de todos os trabalhos elaborados mais as necessárias para entrega nas Entidades Licenciadoras. Não está incluído no valor dos honorários qualquer taxa camarária e de aprovação dos projetos, projetos de alterações que possa surgir do decorrer da obra, nem estudo geotécnico do terreno ou outros trabalhos não descritos, caso se venha a constatar a sua necessidade.

Encontram-se excluídos da nossa proposta, valores dos honorários taxas de licenciamento e de aprovação dos projectos, estudos geotécnicos do terreno, qualquer tipo de taxas de licenciamento e aprovação dos projectos nomeadamente, ADENE, ANEPC, BeWater, Gás e outros que não constem no âmbito dos serviços consultados.

A presente proposta é válida pelo período de 90 dias.

Entroncamento, 24 de Agosto de 2022

Estando ao V/ Dispor para qualquer esclarecimento,

Melhores cumprimentos,



Sérgio Gomes

Digitally signed by LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE
Date: 2022.11.06 18:59:39 +00:00

Digitally signed by LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE
Date: 2022.09.24 20:23:55 +01:00